



**PROGRAMA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA ESTADUAL
DE ENSINO MÉDIO ARNULPHO MATTOS
2021-2025 – PAI**

Vitória - ES

2020

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO ARNULPHO MATTOS
ASSESSORIA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

PROGRAMA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
(2021/2025)

Departamento Pedagógico
Coordenação de Planejamento

Vitória- ES
2020

Sumário

1 CONCEPÇÃO DO PROGRAMA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	04
2 PRINCÍPIOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.	06
2.1 Concepção do Programa de Autoavaliação.....	06
2.2 Atos Autorizativos.....	07
2.3 Princípios da Autoavaliação Institucional.....	09
3 Objetivo Geral da Autoavaliação Institucional	11
4 ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	14
4.1 Cronograma.....	15
4.2 Operacionalização da Autoavaliação Institucional.....	16
4.3 Ciclos da Autoavaliação Institucional/Cronograma previsto por dimensão.....	16

1. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Escola Estadual de Ensino Médio “Arnulpho Mattos” foi fundada em 31 de março de 1977, em atendimento a legislação vigente da época (Lei Nº 5.692/71), que determinava a obrigatoriedade do ensino profissionalizante no 2º grau a todas as escolas públicas e privadas. Ofertava os Cursos: *Técnico em Eletricidade* e *Auxiliar Técnico em Desenho Mecânico*. Esta determinação atendia ao projeto político macroestrutural pós-64, que seria o de formar mão-de-obra para as transnacionais que estavam sendo instaladas no país, assim, visando a oportunidade da instalação da Companhia Siderúrgica tubarão (1976), em Vitória.

Em abril de 1997, foi editado o Decreto Federal Nº 1.543, quatro meses após a promulgação da LDB, que impôs um conjunto de reformas à educação profissional no país, sendo a principal delas a separação estrutural entre o Ensino Médio e o técnico-profissionalizante. O governo do estado do Espírito Santo, em 1999, suspendeu a oferta desta modalidade de ensino. Deste então, a Arnulpho Mattos passou a ofertar somente o Ensino Médio, apesar da grande e crescente demanda local pelo ensino profissionalizante.

Em 2004, foi editado o Decreto Federal Nº 5.154/2004, de 23/07/2004, que possibilitou a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

A EEEM “Arnulpho Mattos” era a única escola que ofertava a modalidade de Ensino Médio Integrado no Estado do Espírito Santo. Os cursos seguem os pressupostos teórico-metodológicos, sob a égide da legislação vigente, não mais na lógica tecnicista, mas calcada na perspectiva de desenvolvimento sustentável. Este cenário demanda uma dupla articulação com a educação básica e com as políticas de geração de emprego e renda. A expectativa social mais ampla é de que se possa avançar na afirmação da escola básica unitária; portanto não dualista, que articule cultura e democracia efetivas.

A EEEM “Arnulpho Mattos” está localizada no Bairro República, município de Vitória e tem como adjacências os bairros Mata da Praia, Boa Vista, Goiabeiras, Morada de Comburi e Jardim da Penha. A comunidade onde a escola está inserida é de classe popular cuja principal atividade econômica é comercial e residencial. A renda da

maioria das famílias está entre dois a três salários mínimos, porém encontrou-se um grupo pequeno que está com renda abaixo de um salário mínimo ou acima de sete salários mínimos.

A EEEM “Arnulpho Mattos” está localizada no Bairro República, município de Vitória. Foi constatado que esse estabelecimento de ensino atende no turno diurno, a uma clientela que está dentro da faixa etária regular, ou seja, dos 14 aos 18 anos de idade. No turno noturno, porém, há uma variação entre 15 aos 50 anos.

Quanto ao gênero, a maioria é do sexo masculino, todavia com pouca diferença em relação ao número do sexo feminino, havendo assim uma paridade entre os dois sexos e de estado civil é predominantemente solteiro e moram com pais e ou parentes. Quanto ao aspecto financeiro, foi constatado que no turno diurno vivem com uma média de 1 a 2 salários mínimos e no noturno de 2 a 3 salários mínimos. Em sua naturalidade observou-se que as maiorias da clientela pertencem à capital do estado, ou seja, da cidade de Vitória, embora haja alunos nascidos em outros municípios do estado, especialmente em Vila Velha e Serra. A maior parte é oriunda de escola pública, os alunos também residem em sua maioria no município de Vitória, seguido dos municípios de Serra, Cariacica, e Vila Velha. O núcleo familiar desses alunos é constituído de muitos membros, uma vez que apresentam, em sua maioria, números entre cinco ou mais que cinco pessoas. A escolaridade dos pais é em sua maioria de Ensino Fundamental, sendo seguido de um número bastante significativo dos que possuem Ensino Médio. Houve um crescimento considerável em relação à última pesquisa realizada no quesito daqueles que possuem Nível Superior e Pós-Graduação. Constatou-se também que alguns pais não possuem escolaridade alguma. Estes pais, quando no mercado de trabalho, exercem em sua maioria, as mais variadas profissões, sendo as mais representativas: as de pedreiro, vendedor, pequenos empresários, manicure, cabeleireiro, motorista, militar e mecânico. Um grupo bastante significativo declarou não exercer atividade fora do lar, classificando-se como “do lar”, mas a maioria está no mercado de trabalho exercendo as mais diferentes funções que, por ordem de representatividade, pode-se citar: empregada doméstica, vendedora, professora, empresária, manicure, cabeleireira, auxiliar de serviços gerais, etc.

A Escola Estadual de Ensino Médio Arnulpho Mattos tornou-se referência em ensino profissional da Rede Estadual de Educação, obedecendo as diretrizes do Catálogo Nacional de Cursos. Após 43 anos de existência continua ofertando, oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, com os Cursos de Eletrotécnica, Mecânica, Segurança do Trabalho, Libras e Administração, acompanhando as demandas do século XXI.

2.PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Proposta filosófica e pedagógica desta instituição alinha-se com aqueles estabelecidos na constituição brasileira que por sua vez estão assentados na tríade Liberdade - Igualdade – Fraternidade, proposta pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

❖ Missão

“Garantir ao cidadão o direito ao permanente desenvolvimento das aptidões para a vida produtiva e social. “

❖ Visão

“Construir uma cidadania consciente e ativa, ofertando aos alunos conhecimentos que lhes possibilitem compreender e se posicionar frente às transformações da sociedade, participando da vida produtiva, relacionando-se com a natureza, capaz de produzir e distribuir bens e serviços, convivendo com o mundo contemporâneo”. Para tanto, a Instituição preconiza:

❖ Valores

Difundir valores fundamentais ao interesse ético e social, aos direitos e deveres dos cidadãos de respeito a moral e ao bem comum e à ordem democrática;

2.1 Concepção do Programa de Auto Avaliação

A EEEM ARNULPHO MATTOS elaborou este Programa de Autoavaliação Institucional fundamentado nos artigos 48 e 49 e o Parágrafo único da Resolução nº 3777/2014. Trata-se de um mecanismo de verificação contínua das condições estruturais e de funcionamento da instituição por meio do qual constrói conhecimento sobre sua própria realidade, realiza uma autoanálise, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades, para melhorar a qualidade de ensino oferecida e também a produtividade. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos frágeis, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas.

O Programa de Autoavaliação Institucional é um mecanismo contínuo das condições ensino oferecido por ela com foco na produtividade com a finalidades de: ser de forma sistemática e permanente como instrumento da melhoria da qualidade educativa; desenvolver o autoconhecimento institucional; corrigir rotas e aperfeiçoar as ações institucionais; articular a participação da comunidade escolar ou acadêmica e garantir o desenvolvimento sustentável da instituição de ensino o seu desenvolvimento será de forma contínua operacionalizada de forma sistemática por meio de programa anual denominado PAI - Programa de Autoavaliação Institucional.

2.2. Atos Autorizativos

Ato de Criação: Portaria E, nº 810 – Publicação 08/03/1977.

Ato de Aprovação: Resolução CEE, nº 72/80 – Publicação 28/08/1980 a qual oferta os cursos de:

- ✓ **TÉCNICO EM MECÂNICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO** – Resolução N° 1711/2008 Resolução CEE-ES N° 1965/2009;
- ✓ **TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO** -. Resolução 1711/2008 Resolução CEE-ES N° 2.049/2009;
- ✓ **TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO** -. Resolução CEE-ES N° 1712/2008; Resolução CEE-ES N° 1930/2009;

- ✓ **TÉCNICO SUBSEQUENTE EM MECÂNICA** - Resolução CEE-ES Nº 2.622/25011;
- ✓ **TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ELETROTÉCNICA** - Resolução CEE-ES Nº 2.579/2011.
- ✓ **TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO** – Resolução CEE-ES Nº 2777/2014 – CEB/CNE Nº 03/98 – RES.CEE-ES Nº 137/9.
- ✓ **TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SEGURANÇA DO TRABALHO – CRIAÇÃO**
- Portaria E Nº810 08/03/1977- Resolução CEE-ES nº 72/80 de 28/08/1980 - Aprovação do Ensino Médio.
- ✓ **TÉCNICO SUBSEQUENTE EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – CRIAÇÃO** - Portaria E Nº810 08/03/1977- Resolução CEE-ES nº 72/80 de 28/08/1980 - Aprovação do Ensino Médio.
- ✓ **TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ELETROTECNICA – CRIAÇÃO** - Portaria E Nº810 08/03/1977 - Resolução CEE-ES nº 72/80 de 28/08/1980 - Aprovação do Ensino Médio.
- ✓ **TÉCNICO SUBSEQUENTE EM MECÂNICA – CRIAÇÃO** - Portaria E Nº810 08/03/1977 - Resolução CEE-ES nº 72/80 de 28/08/1980 - Aprovação do Ensino Médio.
- ✓ **TÉCNICO CONCOMITANTE EM MECÂNICA– CRIAÇÃO** - Portaria E Nº810 08/03/1977 - Resolução CEE-ES nº 72/80 de 28/08/1980 - Aprovação do Ensino Médio.
- ✓ **TÉCNICO CONCOMITANTE EM ELETROTÉCNICA – CRIAÇÃO** - Portaria E Nº810 08/03/1977 - Resolução CEE-ES nº 72/80 de 28/08/1980 - Aprovação do Ensino Médio.
- ✓ **TÉCNICO CONCOMITANTE EM SEGURANÇA DO TRABALHO –** Portaria E Nº810 08/03/1977- Resolução CEE-ES nº 72/80 de 28/08/1980 - Aprovação do Ensino Médio.

As iniciativas de autoavaliação institucional da EEEM Arnulpho Mattos não é de hoje. As experiências já desenvolvidas permitem identificar as principais dificuldades e desafios para a sua consolidação crescente que se situam principalmente no nível das condições para a sua operacionalização e utilização no planejamento para a melhoria institucional. Ao nível das concepções, objetivos e metodologias para a autoavaliação institucional, os avanços na EEEM Arnulpho Mattos têm sido significativos.

2.3 Princípios da Autoavaliação Institucional

Alguns princípios que orientam a Autoavaliação Institucional da EEEM Arnulpho Mattos:

a) **Globalidade**: o objetivo é avaliar a instituição como um todo e não partes ou níveis fragmentados da mesma. Mesmo quando se prioriza ou começa a autoavaliação por partes da instituição, a sua análise sempre se fará em relação à instituição como um todo único. Historicamente as instituições têm iniciado seus processos de autoavaliação tomando o ensino nos cursos como a unidade básica de análise. Na EEEM Arnulpho Mattos as unidades de análise a serem avaliadas inicialmente serão o ensino, a pesquisa, a gestão administrativa e acadêmica e o ambiente de convívio interno entre a comunidade acadêmica.

b) **Impessoalidade**: a autoavaliação institucional não toma como objeto de análise as pessoas enquanto indivíduos. Isto significa que não há nenhuma intenção de julgamento individual de docentes, técnico-administrativos, alunos e ocupantes de cargos e funções no interior da EEEM Arnulpho Mattos. Não são as pessoas que serão avaliadas, mas sim as estruturas, as práticas, as relações, os processos, os produtos e os recursos que constituem o saber/fazer da EEEM Arnulpho Mattos, em função dos seus objetivos desejados.

c) **Não punição e não premiação**: embora em determinadas circunstâncias a autoavaliação possa assumir uma conotação de punição ou premiação, este não é o seu objetivo. Ela busca identificar pontos fortes e pontos fracos da instituição, com vistas respectivamente ao seu aprofundamento ou superação, sempre almejando o incremento da qualidade.

d) **Respeito à identidade institucional:** embora a autoavaliação institucional desenvolvida em cada escola requeira alguma padronização de instrumentos e indicadores de comparação interinstitucional, o seu desempenho deve sempre ser analisado em função dos seus projetos e características específicas e das possibilidades de incremento da qualidade a partir delas. Por isso a autoavaliação institucional precisa estar em relação dialética constante com o planejamento institucional e vice-versa.

e) **Credibilidade:** a autoavaliação institucional somente se converte em instrumento para o planejamento da melhoria da qualidade, se for desenvolvida com competência técnica, correção ética e fidedignidade dos dados e evidências utilizados. E isto somente se constrói se houver transparência nos procedimentos, critérios e resultados alcançados, conduzindo a participação voluntária. Sem credibilidade, a autoavaliação permanece como uma formalidade, incapaz de motivar as pessoas para o seu exercício.

f) **Continuidade e regularidade:** a autoavaliação institucional não se reduz ao simples levantamento de dados, sua análise e a produção de um relatório final. Ela é um processo permanente de conhecimento de si, a fim de alimentar o planejamento para a melhoria da qualidade. Este processo requer continuidade e regularidade, para que possibilite a comparação de dimensões e indicadores em diferentes momentos e de maneira constante no âmbito da Instituição de Educação Profissional.

g) **Participação descentralizada:** a autoavaliação institucional não terá legitimidade se não houver um envolvimento direto e coletivo de toda a comunidade acadêmica em seus diferentes momentos. Esta participação coletiva só poderá ocorrer na medida em que o processo for descentralizado, facultando inclusive a tomada de decisões em diferentes níveis da hierarquia institucional, no encaminhamento de medidas decorrentes dos resultados parciais no processo avaliativo.

h) **Disposição para a mudança:** a necessária relação dialética entre autoavaliação e planejamento institucional requer uma atitude de abertura para a mudança, como condição para a inovação e a qualificação da vida educacional. Isto

porque a autoavaliação não tem um sentido em si. Ela só faz sentido quando entendida como um instrumento permanente para alimentar o planejamento para a melhoria da qualidade. Os seus resultados só alcançarão o potencial ótimo de inovação se, entre a comunidade escolar, houver o reconhecimento majoritário da precariedade e provisoriedade das práticas e entendimentos em vigor no interior da Instituição de Educação Integrada.

3. OBJETIVO GERAL DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Aperfeiçoar revendo a Proposta Política Pedagógica- PPP dos cursos, ofertados pela instituição, promovendo a melhoria da qualidade, pertinência e relevância das atividades desenvolvidas nas áreas: técnica; pedagógica e administrativa.

Em face deste objetivo geral, pode-se ressaltar os seguintes **objetivos específicos**:

1. alimentar o interesse de se autoavaliar como meio de conhecer melhor e garantir a qualidade de gestão, bem como, de prestar contas à sociedade e de verificar a consonância dos resultados da escola com as demandas sociais, tanto as que se relacionam à satisfação pessoal dos alunos, egressos, suas famílias e equipes da escola, quanto as que se relacionam ao mundo do trabalho;

2. conhecer melhor como as tarefas técnicas, pedagógicas e administrativas estão sendo realizadas e articuladas em benefício da função principal de educar e profissionalizar;

3. (re)estabelecer compromissos com a sociedade, explicitando as diretrizes do Projeto Pedagógico dos cursos técnicos vigentes e os fundamentos de um programa sistêmico, e participativo de autoavaliação. Este programa deve permitir o constante reordenamento, consolidação e/ou reformulação das ações escolares, mediante diferentes formas de divulgação dos resultados da autoavaliação e das ações dela decorrentes;

4. implementar as mudanças no cotidiano das atividades técnicas, pedagógicas e administrativas, contribuindo para a formulação do Projeto

Pedagógico dos Cursos Profissionais cada vez mais socialmente legitimados e relevantes.

Para atingir os objetivos visados, a autoavaliação institucional da escola caracteriza:

- levar em consideração os diversos aspectos inter-relacionados das atividade-fim (técnica e pedagógicas) e das atividades de apoio (técnico-administrativas);
- buscar a participação dos membros das comunidades interna e externa da escola; participação esta que deve abranger a implementação das medidas voltadas ao aperfeiçoamento da Escola Estadual de Ensino Médio Arnulpho Mattos;
- inspirar uma atitude permanente de observação, reflexão, crítica e aperfeiçoamento dos objetivos e prioridades da Instituição.

É fundamental entender que a autoavaliação institucional não está vinculada a mecanismos de punição ou premiação. Ao contrário, a autoavaliação institucional irá auxiliar na identificação e na formulação de políticas, ações e medidas institucionais que impliquem atendimento específico ou subsídios adicionais para aperfeiçoamento de insuficiências encontradas.

Além dessas características que lhe oferecem legitimidade política, a autoavaliação institucional da Instituição é legitimada sob a perspectiva técnica:

1. metodologia – com finalidade construir indicadores adequados, utilizamos procedimentos quantitativos e qualitativos e oferecemos modelos analíticos e interpretativos apropriados aos objetivos do processo avaliativo;

2. fidedignidade da informação - base de dados e fatos confiáveis.

Portanto, a Autoavaliação Institucional não pode ser concebida isoladamente, na medida em que ela constitui uma das ações no contexto do Sistema de Autoavaliação do Ensino do Estado de Espírito Santo. Da mesma forma, as Instituições de Educação Integrada de nível médio devem atentar para as obrigações de lei implicadas, na medida em que estas ações de autoavaliação

constituem pré-requisitos nos processos de reconhecimento de cursos e da instituição de ensino.

Por outro lado, a Autoavaliação Institucional não deve se limitar ao atendimento de uma exigência legal. Particularmente na Educação Integrada de nível médio, deve responder em especial às obrigações da busca contínua da qualidade no desempenho acadêmico, do aperfeiçoamento constante do planejamento e da gestão técnica-pedagógica e do fortalecimento progressivo dos compromissos sociais pela prestação de contas à sociedade. São estes compromissos que mantêm a autoavaliação na agenda dos principais temas do ensino de escolas integradas na atualidade.

O programa de autoavaliação institucional deve assim ser traduzido para a realidade e os desafios que cada instituição de educação integrada se propõe atingir. De maneira geral, a preocupação fundamental é com as condições para a elevação do padrão de qualidade da escola. A qualidade em educação integrada do ensino médio é um conceito multidimensional que deve envolver todas as funções e atividades da escola, concretizadas nos objetivos da formação técnica, em quadros docentes qualificados para o cumprimento das missões da instituição escolar, no ensino e programas acadêmicos, na pesquisa e no apoio à ciência, na infraestrutura, representada por pessoal de apoio qualificado e adequado ao exercício das funções de apoio às tarefas acadêmicas, instalações laboratoriais, bibliotecas e equipamentos e pelo ambiente acadêmico em geral.

O Projeto Pedagógico desta Instituição diz que: “Cada instituição de educação integrada tem um perfil, tem uma história. É preciso identificar esse perfil e reconstruir essa história, para avaliar o papel que esta escola específica tem desempenhado historicamente na sociedade e frente ao desenvolvimento da ciência, e colocá-lo em discussão, especialmente para definir se é isso mesmo que a comunidade escolar (e também a comunidade em geral) quer(em) para esta Instituição de educação integrada, neste momento e no futuro”.

Por isso, para a comunidade escolar, a autoavaliação institucional é uma atitude criativa de autocrítica da escola, que evidencia a vontade de buscar a qualidade, em sintonia com as demandas e desafios da ciência e da sociedade.

4. ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Programa de Autoavaliação Institucional- PAI será implementado no período de vigência do PDI – 2021 a 2025. A instituição formará uma Comissão Permanente da Autoavaliação institucional-CPAI composta de:

Dirigente Escolar;
Secretário;
Coordenador de Curso;
Coordenador Pedagógico;
Coordenador de Turno;
Professor componente do Conselho Escolar;
Aluno componente do Conselho Escolar;
Representante da comunidade componente do Conselho Escolar;
Representante do pessoal administrativo.

Cabe à equipe de coordenação permanente de auto avaliação institucional:

- ❖ desenvolver instrumentos destinados à coleta de dados da autoavaliação institucional;
- ❖ realizar a autoavaliação institucional anualmente;
- ❖ apresentar os resultados da autoavaliação institucionais consolidados em relatórios;
- ❖ Demais ações previstas nas fases de preparação, desenvolvimento e consolidação do PAI.

Os resultados da autoavaliação institucional serão consolidados em relatórios, que orientarão o planejamento institucional; as ações de melhorias das condições estruturais e de funcionamento da escola nos aspectos físicos, pedagógicos e metodológicos, observando:

- ❖ A compilação e tabulação dos dados da avaliação, por meio de gráficos ou tabelas;

- ❖ A compilação e tabulação dos dados da avaliação, por meio de gráficos ou tabelas;
- ❖ A divulgação e análise dos resultados;
- ❖ O planejamento de ações financeiras e administrativas desencadeadas em função dos resultados da autoavaliação institucional; e
- ❖ O planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos pedagógicos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

4.1 Cronograma

O programa deverá ser realizado nas seguintes etapas:

TIPO DE AVALIAÇÃO	ETAPAS DE CONSTRUÇÃO DO PAI	ATIVIDADES	PRAZO DE EXECUÇÃO				
			2021	2022	2023	2024	2025
INTERNA	PREPARAÇÃO	Constituição da Comissão Própria de Avaliação Institucional	X	-	-	-	-
		Elaboração e aprovação do Regimento	X	-	-	-	-
		Planejamento: elaboração do programa de autoavaliação institucional, contemplando as 10 dimensões: descrição, seleção de metodologia, elaboração e validação dos instrumentos; levantamento das ações de avaliação já existentes na Escola e cronograma de execução.	X				
		Sensibilização: realização de seminário, com participação dos gestores da escola; realização de reuniões internas; divulgação interna e externa utilizando os meios de comunicação da escola.	X				
	DESENVOLVIMENTO	Elaborar e testar os instrumentos de avaliação	X	-	-	-	-
		Coleta e organização de Dados Realizar a autoavaliação institucional com aplicação dos instrumentos, gradativamente, até atingir as 10 dimensões	X	X	X	X	X
		Compatibilização e Análise das informações coletadas	-	X	X	X	X
		Sistematização dos resultados da avaliação nas 10 dimensões	-	X	X	X	X
	CONSOLIDAÇÃO	Elaboração dos relatórios	-	X	X	X	X

		Divulgação para os diversos segmentos, os resultados da autoavaliação das dimensões já avaliadas	-	X	X	X	X
		Balanço Crítico dos Resultados	-	X	X	X	X
		Reestruturação do PDI, no que couber, a partir dos resultados da autoavaliação	-	X	X	X	X
		Planejar ações financeiras e administrativas desencadeadas em função dos resultados da autoavaliação institucional	-	X	X	X	X
		Rever os processos pedagógicos em função dos resultados e eficácia da autoavaliação institucional	-	X	X	X	X
EXTERNA	DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO	Mesmas atividades da avaliação interna nas fases de desenvolvimento e consolidação	-	X	X	X	X

4.2 Operacionalização da autoavaliação

4.3 Ciclos da autoavaliação institucional/cronograma previsto por dimensão

DIMENSÃO I - Articulação entre o PAI e o Programa de Desenvolvimento Institucional

Para a escola desempenhar o papel que a sociedade espera dela, enfatizam-se, os princípios da autonomia. A autonomia permite que escola assuma sua própria gestão com liberdade para encontrar a melhor sintonia com a comunidade que atende de modo a desenvolver a relevância social e econômica da educação que oferece. De outro lado, a autonomia das escolas liberou os órgãos educacionais de suas antigas funções administrativas, substituindo-as pelas funções de autoavaliação da qualidade e de assessoramento às redes de ensino.

A contrapartida da autonomia é a transparência. Ela vem associada à necessidade de autoavaliação não só do aprendizado dos alunos, mas também dos professores e da escola como um todo. Somente dessa maneira pode-se:

1) prestar contas à sociedade que, afinal, é quem paga a educação que recebe; e

2) realimentar o processo educativo que a escola desenvolve, revelando erros e acertos que servem para redirecionar práticas e reformular as estratégias que devem levar aos objetivos visados.

Tendo em vista a descentralização dos procedimentos e a tomada de decisão colegiada inerente aos princípios da autonomia da escola, uma autoavaliação institucional das atividades da escola deve ser desenvolvida tendo em vista alguns princípios básicos:

- aceitação ou conscientização da necessidade da autoavaliação por todos os segmentos envolvidos, dos executores aos beneficiários;
- reconhecimento da legitimidade e pertinência dos critérios a serem adotados;
- envolvimento direto de todos os segmentos da comunidade escolar _ interna e externa _ na execução e na implementação de melhoria do desempenho escolar, tanto administrativo (gestão), quanto pedagógico (ensino).

Cada instituição tem autonomia para escolher algumas dimensões a partir das quais vai desencadear o processo de autoavaliação institucional, qualificando-as, suprimindo-as ou acrescentando-as à medida que a comunidade acadêmica for avançando neste processo.

Os avaliadores estão subdivididos em: Avaliadores: docentes, especialistas, administrativos e representantes das famílias e da comunidade externa.

Desta forma a Autoavaliação Institucional procura respeitar as dimensões mínimas previstas em lei, bem como levar em conta outras, a fim de que o processo de autoavaliação possa contemplar as dimensões consideradas mais importantes para o seu desenvolvimento. Neste sentido, são apresentadas na sequência as principais dimensões para a autoavaliação institucional.

- Missão

Do ponto de vista institucional nossa filosofia se traduz no compromisso de acompanhar a evolução das potencialidades do aluno, adotando procedimentos que orientem seus processos de aprendizagens e estimulem a conscientização da

responsabilidade pela própria formação, não só como profissional, mas também como cidadão empreendedor.

Compreender os fundamentos científico-tecnológico dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

A Proposta filosófica e pedagógica desta instituição alinha-se com aqueles estabelecidos na constituição brasileira que por sua vez estão assentados na tríade Liberdade - Igualdade – Fraternidade, proposta pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A Autoavaliação Institucional da Escola Estadual de Ensino Médio Arnulpho Mattos são:

a) subsidiar a comunidade acadêmica para o planejamento e as tomadas de decisões, no processo de melhoria da qualidade nas diversas dimensões dos cursos profissionais oferecidos;

b) conhecer em profundidade os pontos fortes e fracos da instituição a fim de orientar a correção de rumos e o redimensionamento dos caminhos da instituição para a qualidade da educação profissional;

c) contribuir para a definição de políticas e a construção de uma cultura institucional de valorização da autoavaliação como pré-requisitos para o planejamento do desenvolvimento da Escola Estadual de Ensino Médio Arnulpho Mattos;

d) desenvolver um processo criativo de autocrítica permanente entre a comunidade escolar para a melhoria da qualidade do saber acadêmico, administrativo e para a cidadania;

e) promover a transparência do desempenho da Instituição em relação a processos e produtos acadêmicos e administrativos;

f) possibilitar a redefinição constante dos objetivos institucionais, a fim de sintonizar os desafios, anseios e necessidades do mundo contemporâneo e da sociedade regional;

g) produzir um sistema de informações quantitativas e qualitativas para o acompanhamento da trajetória de desenvolvimento da qualidade institucional;

h) um processo contínuo de aperfeiçoamento do ensino;

i) uma ferramenta para o planejamento e gestão compartilhada da escola;

j) um *processo sistemático de prestação de contas à sociedade*

l) desencadear um processo pedagógico de aprendizado do saber/fazer acadêmico, pelo confronto entre a autoavaliação interna e a autoavaliação externa da Instituição e o relacionamento dialético entre a autoavaliação Plano de Desenvolvimento Institucional.

Destaca-se que a cada dimensão correspondem indicadores de desempenho institucional e que o comportamento destes indicadores pode ser considerado mais ou menos satisfatório, tanto pela comunidade acadêmica da Escola Estadual de Ensino Médio Arnulpho Mattos, quanto por especialistas do meio acadêmico (autoavaliação externa).

Enfim, o processo de autoavaliação institucional da Instituição Educação e Desenvolvimento será desenvolvido a partir das seguintes dimensões iniciais:

- 1) Organização e objetivos institucionais.
- 2) Comunicação e informação.
- 3) Ambiente e condições de trabalho.
- 4) Ensino.
- 5) Corpo docente.
- 6) Funcionários técnico-administrativos.
- 7) Corpo discente.
- 8) Organização didático-pedagógica e curricular dos cursos.

- Preceitos Filosóficos e Pedagógicos

Esta Proposta Pedagógica visa constituir a “identidade” da nossa instituição escolar. E se articula simbioticamente com a participação dos diferentes segmentos sociais que compõem a instância colegiada traduzida pelo Conselho Escolar, representados por professores, alunos, pais de alunos, Presidente, Conselheiros representantes do segmento pais e comunidade e representantes administrativo, magistério e alunos.

Trata-se, portanto, do resgate do protagonismo docente na elaboração, na concepção e na conseqüente implementação da Proposta Pedagógica.

Desta forma a escola promoverá sua articulação com a sociedade com base na necessidade de inserção social local, participando ativamente da vida ativa num primeiro momento do entorno escolar, por meio dos projetos integradores.

Avançará na inserção com a introdução de temáticas do mundo do trabalho visando consolidar uma formação humanista e científica, ao mesmo tempo em que propiciará aos estudantes o conhecimento da realidade social do país, estado e município.

A partir destas dimensões são especificados indicadores a serem avaliados, bem como os instrumentos e procedimentos para a sua coleta, análise e elaboração de relatórios. Trata-se da operacionalização da autoavaliação institucional.

No desenvolvimento de atividades interdisciplinares o aluno não constrói sozinho o conhecimento, mas sim em conjunto com outros e tendo a figura do professor como uma orientação, um norte a ser seguido. Conforme Fazenda (2008) existe cinco princípios relacionados a essa prática: humildade, espera, respeito, coerência e desapego. Esses princípios são a base para o sucesso da interdisciplinaridade na sala de aula, uma vez que para alcançar os resultados esperados com atividades em grupo é importante que todos sejam humildes ao demonstrar seus conhecimentos e técnicas; saibam o momento propício para falar e ouvir; respeitem os outros; sejam coerentes quanto ao que dizem e fazem e pratiquem o desapego do conhecimento, não achando que são mais nem menos que os outros alunos.

Os projetos serão objeto de planejamento anual com toda comunidade escolar, e darão desdobramento nas atividades interdisciplinares projetos individuais dos docentes por disciplina. (Esses projetos encontram-se em sua totalidade nos anexos.).

Envolver a comunidade escolar nos eventos/projetos desenvolvidos na escola, no qual são eles:

- Feira do Empreendedorismo;
- Mostra de Ciências, Trabalho, Tecnologia e Cultura;
- Junior Achievement;
- Plano de ação da escola;

- Esporte na Rede;
- Simulado ENEM;
- Projeto Monitoria;
- Projeto Integrado
- Projeto Faça Fácil - Projeto de Manutenção Elétrica Escolar

Desta forma a escola promoverá sua articulação com a sociedade com base na necessidade de inserção social local, participando ativamente da vida ativa num primeiro momento do entorno escolar, por meio dos projetos integradores.

Avançará na inserção com a introdução de temáticas do mundo do trabalho visando consolidar uma formação humanista e científica, ao mesmo tempo em que propiciará aos estudantes o conhecimento da realidade social do país, estado e município.

- Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI)

Avaliar significa acompanhar mais de perto, aumentando as interações entre a equipe para aprimorar as ações da escola como um todo. E também verificar se as funções e prioridades determinadas coletivamente estão sendo realizadas e atendidas com os resultados esperados. É este contraponto entre o pretendido e o realizado que dá sentido à autoavaliação.

A instituição escolar tem necessidade de se autoavaliar e de ser avaliada externamente devido ao caráter público de suas ações. Como seu custeio e resultados afetam a sociedade, ela deve ser avaliada em termos de sua eficácia social e da eficiência de seu funcionamento.

A autoavaliação institucional, interna e externa são também maneiras de estimular a melhoria do desempenho e de evitar que a rotina descaracterize os objetivos fundamentais, preocupando-se essencialmente com os resultados das ações educativas da escola, em particular, os relativos a ensinar e aprender. Deve ser um processo contínuo e aberto, no qual os setores da escola - (técnicos, pedagógicos e

administrativos) - reflitam sobre seus modos de atuação e os resultados de suas atividades em busca da melhoria da escola como um todo.

Além de valer-se da racionalidade dos meios, usando aferições quantitativas e indicadores clássicos, a autoavaliação institucional abrange dimensões qualitativas, inclusive, aquelas vinculadas à Proposta Política Pedagógica dos cursos oferecidos pela Instituição.

Ao se avaliar não se espera eliminar todas as discordâncias, dúvidas e contradições características do cotidiano escolar. No entanto, a autoavaliação deve contribuir para revelar e estimular a identidade própria de cada instituição de ensino, preservando também a pluralidade de opiniões que é constitutiva de qualquer escola.

A sociedade brasileira reconhece a importância da educação como um dos fatores básicos para solucionar os desafios da desigualdade social e da competitividade econômica. Da formação de pessoal qualificado e empreendedor depende o sucesso das políticas de desenvolvimento econômico, tecnológico e social do país. A qualidade da educação em todos os níveis é hoje um diferencial

Além de valer-se da racionalidade dos meios, usando aferições quantitativas e indicadores clássicos, a autoavaliação institucional abrange dimensões qualitativas, inclusive, aquelas vinculadas ao Projeto Pedagógico dos cursos oferecidos pela Instituição.

Ao se avaliar não se espera eliminar todas as discordâncias, dúvidas e contradições características do cotidiano escolar. No entanto, a autoavaliação deve contribuir para revelar e estimular a identidade própria de cada instituição de ensino, preservando também a pluralidade de opiniões que é constitutiva de qualquer escola.

- PLANO DE AÇÃO:

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE AUTOAVALIAÇÃO

META PRIORITÁRIA: Implantar O Programa de Autoavaliação Institucional da Escola Estadual de Ensino Médio Integrado Arnulpho Mattos.

GERENTE DE META:

TIME DE META:

O QUÊ?	QUANDO?	QUEM?
---------------	----------------	--------------

<ul style="list-style-type: none"> •localização e análise da documentação e da bibliografia disponível sobre Autoavaliação Institucional; •levantamento da legislação pertinente à matéria, tanto em termos de sua evolução, quanto daquela que está em vigor (Res 3777/2014 CEEES); •elaboração de texto provisório com a síntese do Histórico da Autoavaliação Institucional da Instituição, suas conquistas e dificuldades; •levantamento e discussão de ideias para a elaboração de um projeto regular e contínuo de autoavaliação institucional na Instituição, em reuniões da equipe da Coordenação técnica e Coordenação Pedagógica com as coordenações de turno e direção da escola; 	<p>02/02/2020</p> <p>a</p> <p>30/08/20</p>	<p>CPAI</p>
--	---	--------------------

O QUÊ?	QUANDO?	QUEM?
<ul style="list-style-type: none"> •elaboração do esboço para um projeto de autoavaliação institucional. Este esboço foi submetido à análise das coordenações de cursos, gestor escolar e outras instâncias da vida escolar para apreciação e formulação de sugestões, conforme entendimento havido nas reuniões realizadas na 	<p>01/09/20</p> <p>a</p> <p>30/09/20</p>	<p>CPAI</p>

escola;		
<ul style="list-style-type: none"> •envio do esboço de projeto de autoavaliação institucional para apreciação e formulação de sugestões pelos coordenadores de cursos, direções das unidades e outras instâncias da vida escolar. 	10/10/20	CPAI
<ul style="list-style-type: none"> •redação definitiva da proposta de projeto de autoavaliação institucional a ser submetida ao Órgãos do Colegiado 	08 /11/20 a 22 /11/20	CPAI

O QUÊ?	QUANDO?	QUEM?
<ul style="list-style-type: none"> •projeto de autoavaliação institucional para parecer da Direção da Instituição. •tramitação e discussão pela direção e coordenação da unidade de ensino; •Aprovação do Projeto de Auto-avaliação Institucional. 	23 /11/20 a 30 /11/20	CPAI
<ul style="list-style-type: none"> •preparação dos questionários e elaboração dos programas para a identificação dos resultados; •encaminhamento das solicitações de informações aos setores internos das unidades de ensino, especificados no 	28 /11/20 a 04 /12/20	CPAI

<p>projeto;</p> <ul style="list-style-type: none"> • aplicação dos questionários de autoavaliação aos docentes, técnico-administrativos e discentes da Instituição, conforme deliberado pela Direção Geral; 		
--	--	--

O QUÊ?	QUANDO?	QUEM?
<ul style="list-style-type: none"> • envio à CPAI das informações relativas às dimensões e indicadores de autoavaliação, pelos setores da Instituição especificados no item 6.1.9., do projeto de autoavaliação institucional; 	<p>05/12/20</p> <p>a</p> <p>09/12/20</p>	<p>CPAI</p>
<ul style="list-style-type: none"> • organização e disponibilização aos setores internos da Instituição de um banco de informações sobre as dimensões e indicadores da Autoavaliação. Estas informações serão a base para a elaboração dos relatórios parciais e relatório geral de autoavaliação da Instituição 	<p>07/12/20</p>	<p>CPAI</p>
<ul style="list-style-type: none"> • elaboração dos relatórios parciais e do relatório geral (provisório) de autoavaliação da Escola Estadual de Ensino Médio Arnulpho Mattos análise, discussão e apresentação de sugestões à CPAI, para a redação 	<p>09/12/19</p>	<p>CPAI</p>

definitiva da proposta de relatório geral de autoavaliação da Escola.		
•apresentação da proposta de relatório definitivo de autoavaliação.	fevereiro de 2021	CPAI

O QUÊ?	QUANDO?	QUEM?
•definição e encaminhamento da autoavaliação externa, conforme deliberado pelo Órgão do Colegiado; (CPAI)	fevereiro de 2021	CPAI
•desenvolvimento das atividades pertinentes à autoavaliação externa desta Instituição de Educação Técnica Profissional e apresentação de parecer a Instituição pela Comissão de Avaliadores Externos;	fevereiro de 2021	CPAI
•discussão do relatório de autoavaliação e do parecer de autoavaliação externa da Escola Estadual de Ensino Médio Arnulpho Mattos, a fim de identificar e qualificar os pontos fracos e fortes no desempenho da Instituição de Educação Técnica Profissional, a serem destacados no relatório definitivo de autoavaliação institucional	fevereiro de 2021	CPAI

desta Instituição escolar		
•redação da proposta definitiva de relatório de autoavaliação institucional da Escola Estadual de Ensino Médio Arnulpho Mattos	março de 2021	CPAI

O QUÊ?	QUANDO?	QUEM?
•apresentação da proposta definitiva de relatório de autoavaliação ao Órgão do Colegiado	março de 2021	CPAI
•preparação para a divulgação do relatório de autoavaliação institucional da Escola Estadual de Ensino Médio Arnulpho Mattos.	março de 2021	CPAI
•divulgação do relatório de autoavaliação à comunidade escolar	março de 2021	CPAI
•reavaliação e início do processo de autoavaliação institucional para o próximo quadriênio. 2021/2025	março de 2021	CPAI

A educação profissional técnica de nível médio integrada (Eletrotécnica, Mecânica e Administração, Segurança do Trabalho) além da ciência e da tecnologia, engloba com áreas de conhecimentos, seguindo a base comum nacional: Linguagens e Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza; Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias, que tem duração de 3 anos.

A articulação entre a Educação Profissional Técnica e o Ensino Médio, na forma integrada, de acordo com o Decreto nº 5.154/04, Art. 4º., § 1º. Inciso I deverá ser

oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno. Na implantação a instituição deverá “assegurar, simultaneamente, o cumprimento das finalidades estabelecidas para formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas”.

A Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, tem como objetivo principal formar cidadãos com habilidades e competências para a vida produtiva na sociedade, assim como, integrá-lo as diferentes formas de educação, trabalho, cultura, ciência e à tecnologia.

Atualmente atua com cursos técnicos e 2 modalidades: Ensino médio Integrado – (Eletrotécnica, Mecânica, Administração e Segurança do Trabalho). No Subsequente/Concomitante – Eletrotécnica, Mecânica, Segurança do Trabalho e tradução e interpretação de Libras.

Permanente atenção, estudo e atualização dos Planos Pedagógicos dos Cursos – PPC’s em consonância com a dinâmica do conhecimento, mercado, conselhos da classe profissional e das Diretrizes Curriculares Nacionais e das diversas avaliações legais submetidas pelo INEP/MEC.

DIMENSÃO II - Políticas de Ensino: Avaliação do ensino e as normas de operacionalização e metodologias.

O conhecimento do desempenho da instituição nestas dimensões e indicadores são parte de um pressuposto necessário para a autoavaliação. Por isso a autoavaliação institucional depende da montagem de um banco de informações quantitativas e qualitativas que revele o seu desempenho. São estes desempenhos da instituição que deverão ser avaliados, a fim de determinar o seu significado em relação aos objetivos institucionais que se propõe atingir a cada momento histórico do seu planejamento.

Portanto, a autoavaliação institucional pressupõe e depende de informações confiáveis e fidedignas sobre dimensões e indicadores de desempenho. Mas a autoavaliação propriamente dita consiste em determinar se e em que grau ou

medida estes desempenhos são satisfatórios ou não para a realização dos objetivos que a instituição se propõe atingir em seu processo de desenvolvimento.

Por outro lado, enquanto integrada no contexto da Educação Técnica Profissional, a Escola Estadual de Ensino Médio Arnulpho Mattos também necessita ter um benchmarking que norteará o seu desempenho comparativamente ao alcançado por outras instituições dessa modalidade de ensino. Não se trata de disputar posições num “Ranking” de instituições de ensino técnico, mas, sim, de utilizar os desempenhos alcançados por outras instituições, como um parâmetro externo e relativamente isento de referência para balizar os processos de autoavaliação e planejamento institucional. É por esta razão que o processo de autoavaliação institucional procura combinar procedimentos de autoavaliação interna (que deverá preceder) com a externa em seu desenvolvimento. Por outro lado, as responsabilidades e as decisões, cabem à própria instituição. Por isso, na sequência da autoavaliação externa é necessária uma reavaliação interna pela própria Escola. Isto significa que o processo de autoavaliação institucional pode ser dividido em cinco etapas principais:

- a) PDI–Plano de Desenvolvimento Institucional;
- b) Autoavaliação interna;
- c) Avaliação externa;
- d) Reavaliação interna da Instituição;
- e) Revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional–PDI.

Por se tratar de um processo dialético de relações entre planejamento e autoavaliação, cuja dinâmica está orientada para a melhoria da qualidade da Instituição. Como o objetivo mais específico aqui é a autoavaliação, na sequência detalhamos a operacionalização dos processos de autoavaliação interna e seu benchmarking.

- Autoavaliação da Instituição

A autoavaliação institucional depende da montagem de um banco de informações quantitativas e qualitativas que revele o seu desempenho em relação a determinadas dimensões e indicadores. Trata-se de uma iniciativa da própria instituição para conhecer a si mesma e que deve necessariamente preceder a

autoavaliação externa. A sua operacionalização depende da definição pela própria instituição de uma série de questões, que procuramos detalhar na sequência.

- O que avaliar?

As dimensões iniciais para a realização da autoavaliação institucional na Escola foram destacadas anteriormente. Aquelas dimensões apontam as questões a serem objeto de autoavaliação nesta fase inicial na instituição. Isto significa que sobre elas é preciso montar um banco de informações quantitativas e qualitativas sobre o seu desempenho, como pressuposto para a autoavaliação.

- Quem deve providenciar as informações?

A autoavaliação somente será institucional se for desenvolvida com a participação e a responsabilização de diferentes segmentos e instâncias da Instituição. Ela não é tarefa individual de grupos ou setores específicos, mas de toda a comunidade acadêmica, que se preocupa com o desenvolvimento da qualidade da Instituição de Educação Profissional. Também não é um processo anárquico sem direção e planejamento. As iniciativas e a coordenação do processo cabem, em primeira instância, à Assessoria de Autoavaliação Institucional, mas as responsabilidades são compartilhadas por todas as instâncias deliberativas e executivas em todos os níveis da administração da Instituição. Mesmo porque cabe ao Conselho de Escola¹deliberar sobre os processos de autoavaliação institucional da Instituição.

Por isso, para a produção das informações indispensáveis à realização da autoavaliação institucional é necessário o envolvimento de toda a comunidade acadêmica e, em especial, de setores que centralizam e administram dimensões específicas da vida institucional. A ideia básica é utilizar da maneira mais completa possível as informações já disponíveis (porém dispersas) no interior da instituição, complementando-as apenas na medida da necessidade.

¹ (Conselheiros do Conselho de Escola - órgão colegiado da EEEM Amulpho Mattos).

Destaca-se que as informações indispensáveis à realização da autoavaliação institucional são de diferentes naturezas. Uma modalidade de informações remete para a experiência pessoal de cada um na vivência institucional, a fim de identificar os graus de satisfação ou insatisfação em relação aos indicadores ou questões em autoavaliação. Estas informações serão coletadas através de questionários específicos por segmentos da comunidade escolar, com perguntas fechadas e de múltipla escolha. É claro que, se tomado como um instrumento exclusivo de apreensão das opiniões e apreciações da comunidade escolar sobre dimensões e indicadores em autoavaliação, este instrumento pode ser considerado limitado e até reducionista. Isto por que, neste caso, a expressão de pontos de vista, concepções e apreciações, diferentes das propostas pelo questionário, e sua explicação e justificação poderiam ficar prejudicadas (embora tenha a vantagem de facilitar o acompanhamento objetivo de indicadores, agilizar a tabulação das respostas e favorecer a análise comparativa entre segmentos internos da Escola, ao longo do tempo e em relação a outras instituições de mesma modalidade de ensino). É exatamente para evitar esta limitação e/ou reducionismo, que o projeto prevê a produção de relatórios de autoavaliação descentralizados, sob a responsabilidade de diferentes instâncias da vida acadêmica da Instituição. Na produção destes relatórios, é preciso discutir as informações disponíveis e, principalmente, o seu significado para o desenvolvimento da qualidade da Instituição. Em outros termos, a explicação da realidade apresentada através das informações requer necessariamente a explicitação e o confronto de pontos de vista, concepções e apreciações existentes entre a comunidade escolar.

Por outro lado, além das informações produzidas através dos questionários, todos os membros da comunidade escolar, agregados através de diferentes instâncias da vida institucional e da hierarquia organizacional, auxiliarão na produção de informações específicas sobre o desempenho objetivo da instituição em relação às dimensões e indicadores em autoavaliação. Na sequência detalhamos quais são estas informações mínimas/indispensáveis e a quem cabe a responsabilidade pelo fornecimento das mesmas, a fim de que estas possam ser organizadas e tratadas pela Assessoria de Autoavaliação Institucional, e disponibilizadas para subsidiar a produção dos relatórios de autoavaliação institucional.

- O Corpo discente

Os alunos participarão em pelo menos dois momentos na produção de informações para a autoavaliação institucional. Primeiro, através do preenchimento do questionário socioeconômico durante o processo de matrícula. Estas informações permitem acompanhar o perfil dos alunos da Instituição. Cabe à Direção da escola, em conjunto com Coordenadores Técnicos e Pedagógico, fornecer relatório anual do perfil dos alunos matriculados no primeiro Ano (Curso Integrado e Curso Subsequente) de cada curso técnico. Segundo, os alunos que já estudam, serão convidados a responderem a um questionário (modelo em anexo) sobre os níveis de satisfação com o desempenho da Instituição nas dimensões em autoavaliação e, em especial, sobre o desempenho dos cursos técnicos. Para responder ao questionário, será selecionada aleatoriamente uma amostra de aproximadamente 25% do total de alunos da modalidade de Curso Integrado e 25% do total da modalidade dos Cursos Subsequentes. A aplicação dos questionários será de responsabilidade de cada coordenação de curso e, a tabulação e elaboração de planilha das respostas por curso, do setor de Coordenação Pedagógica da unidade de Ensino. Para tal sugere-se a utilização de Planilha “Excel”, também utilizada nas pautas letivas da Instituição. Através deste questionário é possível obter informações sobre os níveis de satisfação dos alunos com o desempenho da escola nas dimensões em autoavaliação.

- O Corpo docente

A totalidade do corpo docente da Instituição deverá responder a um questionário sobre os níveis de satisfação em relação ao desempenho da Instituição nas dimensões em autoavaliação. Cada docente deverá, ainda, informar à respectiva direção da escola o número de trabalhos apresentados em eventos científicos (nacionais e regionais) e outras atividades (palestras, cursos, mesas redondas, assessorias, etc.) desenvolvidas nos dois anos imediatamente anteriores ao da realização deste levantamento. Cabe às Coordenações de Curso coletar e enviar estas informações à Comissão de Autoavaliação Permanente Institucional – CAPI.

- O Corpo técnico-administrativo

A totalidade do corpo técnico-administrativo da Instituição deverá responder a um questionário (modelo em anexo) sobre os níveis de satisfação em relação ao desempenho da Instituição nas dimensões em autoavaliação. A aplicação do questionário será de responsabilidade da Secretaria Escolar e do Apoio Administrativo, enquanto que a tabulação e à elaboração da planilha com as respostas da unidade de ensino, da Coordenação de Turno. Cada servidor técnico-administrativo deverá ainda informar à respectiva seção de recursos humanos as atividades de aperfeiçoamento (palestras, cursos, treinamentos, assessorias, etc.) desenvolvidas nos dois anos imediatamente anteriores ao da realização deste levantamento. A coleta e o envio destas informações, bem como dos níveis de formação/titulação dos servidores técnico-administrativos, é de responsabilidade da CPAI (Comissão Permanente da Autoavaliação Institucional).

- A Coordenação Pedagógica

A Coordenação Pedagógica deverá prestar todas as informações pertinentes ao funcionamento do ensino dos cursos técnicos na instituição. As informações prestadas devem incluir questões como: evolução das matrículas por série, de cada curso; trancamento de matrículas, desistências; reprovações; tempo para a conclusão do curso; número de formandos; projeto pedagógico dos cursos; desdobramentos das disciplinas; semanas acadêmicas; projetos de ensino; programas de apoio aos alunos; monitorias de ensino; modalidade de estágios e iniciação profissional dos alunos; modalidade dos trabalhos de conclusão de curso (TCC) e reprovações, aprovações e desistências do mesmo; modalidade de autoavaliação dos alunos etc. Enfim, são informações indispensáveis, para as quais a Coordenação Pedagógica deverá contar com a colaboração das secretaria acadêmica e das coordenações de curso.

- A Coordenação Técnica

A Coordenação Técnica deverá prestar todas as informações pertinentes ao funcionamento do ensino do curso técnico na instituição. As informações prestadas devem incluir questões como: modalidade das aulas (práticas, teóricas, etc.); laboratórios disponíveis e carências para o ensino; atividades de formação complementar realizadas pelos alunos; frequência às aulas; palestras e treinamentos

específicos; número de pedidos de revisão de notas e avaliações, etc. Enfim, são informações indispensáveis, para as quais a Coordenação Técnica deverá contar com a colaboração das secretarias acadêmicas e das coordenações de curso.

- A Diretoria Escolar

Esta Gestora Escolar deverá prestar informações detalhadas, principalmente sobre as previsões orçamentárias (PEDDE/PDE) e a realização/destinação dos recursos no interior da Instituição. E nesta destinação é preciso detalhar onde são gastos os recursos, quem usufrui e o que se paga com os mesmos. Por exemplo: materiais para laboratórios; aquisição de bibliografias; etc. Estas informações devem possibilitar a identificação dos cursos e atividades beneficiadas com os recursos disponíveis na instituição. O importante é tornar transparente a execução e destinações financeiras da Instituição, a fim de orientar o seu planejamento.

- Quem deve avaliar? Quem deve produzir relatórios de Autoavaliação da Instituição?

A autoavaliação institucional pressupõe e depende de informações confiáveis e fidedignas sobre dimensões consideradas importantes para o desenvolvimento da Instituição. Estas informações devem ser organizadas e tornadas públicas, a fim de que a sociedade e a comunidade escolar (interna) possam discutir os seus significados para o desenvolvimento da qualidade institucional. Isto significa que o sentido do desempenho da instituição em cada dimensão e indicador deverá resultar de um amplo processo de discussões envolvendo os segmentos internos e externos da Instituição. Neste processo cabe, em primeiro lugar, às diferentes instâncias internas da instituição (Direção Geral, Coordenação Pedagógica, Coordenação Técnica e Coordenação de Turno) determinar se e em que grau ou medida estes desempenhos são satisfatórios, ou não, para a realização dos objetivos que a Escola Estadual de Ensino Médio Arnulpho Mattos se propõe atingir em seu processo de desenvolvimento, nos diferentes níveis da vida da Instituição de Educação Integrada.

Para ser institucional, a autoavaliação deverá abranger todos os níveis e instâncias da Instituição. Isto significa que, além do relatório geral de autoavaliação da instituição, cada curso técnico também deverá produzir o seu relatório. Da mesma forma cada setor da instituição etc., deverão produzir relatórios específicos sobre o desempenho da instituição nas dimensões e indicadores que lhe são mais pertinentes. Portanto, quem deve avaliar? Toda a comunidade escolar deve avaliar o seu desempenho e o da instituição nos diferentes níveis da vida acadêmica. Quem deve dizer se o desempenho da Instituição é satisfatório ou não é a própria Escola Estadual de Ensino Médio Arnulpho Mattos.

Isto implica no desenvolvimento de uma “cultura de autoavaliação” (e planejamento) constantes e regulares na instituição. A autoavaliação deverá se converter numa prática rotineira nos diferentes níveis e instâncias da instituição educacional. Assim, é preciso começar pelo levantamento e a organização do máximo possível de informações e dados relativos às dimensões e indicadores de autoavaliação institucional. Na sequência, é preciso tornar estas informações públicas e desafiar as diferentes instâncias da vida institucional a refletirem sobre o seu significado (satisfatório ou não) para o desenvolvimento da qualidade na Instituição. Deste processo, deverão resultar “relatórios parciais de autoavaliação”, relativos a dimensões e indicadores específicos de desempenho. Da mesma forma, também deverá ser elaborado um “relatório geral de autoavaliação institucional”, cujo texto deverá ser amplamente debatido e assumido pelas instâncias executivas e deliberativas da Escola Estadual de Ensino Médio Arnulpho Mattos como uma referência obrigatória para o seu planejamento. Após a sua discussão e readequação, o mesmo deverá ser submetido à autoavaliação de peritos externos à Instituição e, na sequência, novamente discutido e reavaliado internamente à instituição educacional, para orientar o seu planejamento.

Portanto, do processo de autoavaliação institucional deverão resultar periodicamente vários relatórios parciais e um relatório geral de autoavaliação da Escola, conforme detalhado a seguir:

- Relatório de Autoavaliação dos Cursos

A cada coordenação de curso deverá produzir periodicamente, a partir das informações e dados disponíveis, relatório de autoavaliação do desempenho do

ensino no respectivo curso, levando em conta outras dimensões e indicadores que interferem positiva ou negativamente no mesmo, bem como o seu planejamento explicitado no Projeto Político Pedagógico. Este “recorte analítico” refere-se às competências previstas no Proposta Pedagógico do Curso.

- A Autoavaliação Externa Da Escola Estadual De Ensino Médio Arnulpho Mattos

A autoavaliação externa da Instituição não deve ser confundida com a “imagem” ou a “representação” que a sociedade regional mantém acerca de dimensões da vida institucional da Instituição. Da mesma forma, o parecer poderá apontar sugestões para o planejamento do desenvolvimento da qualidade institucional.

Para essa avaliação utilizaremos questionários online, com questões pertinentes ao fazer pedagógico e administrativo da Instituição.

A autoavaliação externa respeitará a diversidade de características e a fase de desenvolvimento institucional Escolar, bem como o seu contexto regional de inserção social, ela deverá contemplar uma visita in loco, com possibilidade de interação com suas instâncias executivas, deliberativas e a comunidade escolar em geral. Da mesma maneira, além da entrega de parecer escrito, é fundamental a sua apresentação e discussão pública, com a comunidade escolar. O detalhamento operacional da autoavaliação externa será apresentado no cronograma e os custos para a sua execução deverão ser previstos pelo centro universo.

DIMENSÃO III – Responsabilidade social da Instituição.

Assim como a autoavaliação realizada por diversos segmentos escolares, existem vários aspectos à serem observados, que norteiam as práticas acadêmicas nesta instituição e encontra-se permeados nas diretrizes assim dispostas:

- ✓ **Diversidade:** respeitar os desafios e os dilemas do multiculturalismo, em face das diversidades étnico-culturais.

- ✓ **Autonomia:** considerar o olhar do aluno sobre a sua realidade; romper com a cultura de dependência ao professor; e desenvolver atitude reflexiva diante das práticas avaliativas e do estudo.
- ✓ **Investigação:** possibilitar a capacidade de agir, refletir na ação e sobre a ação; desenvolver uma postura questionadora, sobretudo uma ação educativa inserida em um contexto de relações sociais, políticas, econômicas, culturais e pedagógicas.
- ✓ **Trabalho cooperativo:** elaborar uma proposta pedagógica que resulte da compreensão e da responsabilidade individual e coletiva.
- ✓ **Contextualização** o processo educacional, no que tange ao ato de constante aprendizagem, deixa de ser concebido como mera transferência de informações e passa a ser norteado pela contextualização de conhecimentos úteis ao sujeito.
- ✓ **Flexibilidade** necessidade crescente de uma postura flexível, aberta, plural, pois trata de uma das bases epistemológicas relevantes do currículo e um dos princípios que norteia a aprendizagem.
- ✓ **Inter e transdisciplinaridade** retrata atitude dinâmica do currículo no desenvolvimento da ação pedagógica ou de abordagem aplicada das áreas do conhecimento, a qual implica estabelecer articulações e interações que sejam pertinentes e adequadas à construção, à reconstrução e à produção do conhecimento dos sujeitos.
- ✓ **Dialogicidade:** potencializar o diálogo social como estratégia de aproximação dos saberes acadêmicos e populares entre escola e sociedade.
- ✓ **Construção e reconstrução do conhecimento:** organizar o currículo de todos os cursos nessa modalidade por meio da vivência de construção do conhecimento, em um processo que se constitui em momentos articulados de ação-reflexão-ação.
- ✓ **Educação Especial :** Na busca pela excelência educacional, as avaliações realizadas pela escola Arnulpho Mattos, são adaptadas aos nossos alunos

com NEE considerando as especificidades apresentadas pelo aluno, no contexto da escola e da comunidade, evitando generalizações por deficiência. Esses procedimentos de avaliação também servem para medir o valor da habilidade do aluno de participar ou completar as atividades escolares propostas pelos professores. Sendo assim, os cursos técnicos promovem a Inclusão dos Alunos com Necessidade Educacional Especial contribuindo para formação dos alunos.

DIMENSÃO IV- COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A EEEM Arnulpho Mattos atua com responsabilidade Social no princípio profícuo da instituição de ensino que é garantir o direito de aprender do aluno, para tanto há tempos o papel da escola deixou de ser somente ensinar conteúdos, fazer avaliações e obter resultados. Hoje, espera-se que contribua na formação do aluno como cidadão consciente de seus direitos e deveres, com capacidade para conviver em harmonia, contribuindo para tornar a sociedade mais justa.

Nesse novo contexto, a escola precisa promover a construção de valores morais, a formação de cidadãos conscientes e críticos, de pessoas que saibam participar da vida comunitária e que dão valor ao bem-estar pessoal e coletivo, atuando na construção de um mundo melhor.

A reavaliação interna pelo Instituição também deverá contemplar a autoavaliação do próprio processo de autoavaliação institucional, fim de que este possa ser revisto e melhorado para o reinício do processo. Não existem receitas prontas e nem projetos perfeitos de autoavaliação. Cada instituição deverá ir formulando e qualificando o processo de autoavaliação ao longo do seu exercício. É por isso que deve haver continuidade e regularidade para a qualificação do processo tenha uma estreita ligação com planejamento institucional.

Além disso, se faz necessário um olhar holístico e coerente para que as ações e diretrizes possam ser avaliados, conforme as diretrizes, tais como:

-  Coerência entre as políticas de responsabilidade social e a Proposta

- ✚ Político-Pedagógica/PDI;
- ✚ Grau de importância social das ações escolares;
- ✚ Responsabilidade quanto à qualidade da formação dos seus alunos e dos seus serviços prestados;
- ✚ Programas de incentivos, aprimoramento e qualidade de vida dos seus colaboradores;
- ✚ Parcerias com ONGs e instituições públicas e privadas;
 - Coerência entre a comunicação com as comunidades interna e externa e a missão da Instituição;
 - Estratégias de comunicação interna e externa;
 - Recursos utilizados na comunicação interna e externa;
 - Qualidade da comunicação interna e externa;
 - Imagem da Instituição nos meios de comunicação social;
 - Estrutura de informações sobre a realidade institucional.
 - Acompanhamento da satisfação das comunidades interna e externa;
 - Procedimentos de atendimento das comunidades interna e externa;
 - Procedimentos de integração das comunidades interna e externa.
- ✚ Aspectos que serão avaliados:
 - Coerência entre as políticas de responsabilidade social e a Proposta Político-Pedagógica/PDI;
 - Grau de importância social das ações escolares;
 - Responsabilidade quanto à qualidade da formação dos seus alunos e dos seus serviços prestados;
 - Programas de incentivos, aprimoramento e qualidade de vida dos seus colaboradores;

A Instituição, o parecer com o exame da comissão de autoavaliação externa não deve ser considerado absoluto e inquestionável. No processo de autoavaliação institucional, a responsabilidade e a palavra final sempre pertencem à própria instituição. A autoavaliação externa visa proporcionar um olhar mais isento e independente dos vínculos e interesses presentes no interior da Instituição, a fim de contribuir para uma autoavaliação de maior qualidade e um planejamento mais

realista e consequente. Por isso, os relatórios gerados pelas avaliações internas e o parecer com o exame da comissão externa, deverão ser amplamente discutidos por toda a comunidade escolar da Instituição a fim de que resulte num relatório final.

Este relatório deverá ser amplamente divulgado tanto entre a comunidade escolar da Instituição quanto para a sociedade em geral, como um mecanismo de prestação de contas do desempenho desta Instituição de Educação Profissional. Por outro lado, este relatório será a referência obrigatória para a retroalimentação do processo regular de autoavaliação institucional, conforme prevê a LDB de 1996 e a resolução nº 3777/14 do CEEES, bem como para o planejamento do desenvolvimento institucional.

A reavaliação interna pelo Instituição também deverá contemplar a autoavaliação do próprio processo de autoavaliação institucional a fim de que este possa ser revisto e melhorado para o reinício do processo. Não existem receitas prontas e nem projetos perfeitos de autoavaliação. Cada instituição deverá ir formulando e qualificando o processo de autoavaliação ao longo do seu exercício. É por isso que deve haver continuidade e regularidade para a qualificação do processo de autoavaliação da Instituição, e uma estreita ligação entre autoavaliação e planejamento institucional.

DIMENSÃO V – POLÍTICAS DE PESSOAL

Recrutamento, Seleção e Contratação

O Processo de seleção é realizado através de Concurso Público e Contratação dos profissionais em Designação Temporária dar-se-á por meio de Processo Seletivo lançado em editais específicos.

O regime de trabalho dar-se-á por meio de carga horária - hora/aula e consequentemente seus vencimentos, conforme tabela de subsídios:

Modelo de pagamento praticado pelo Governo do Espírito Santo em 2019 na Modalidade de Vencimentos																	
Tabela de remuneração - Reajuste a partir de 1º de ABRIL, dada pela Lei n.º 10.815 de 04 de abril de 2018 - (índice de 5,0%)																	
Varição %	Classes	REFERENCIAS															
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
classes	I	608,22	626,47	645,26	664,62	684,56	705,09	726,25	748,03	770,47	793,59	817,40	841,92	867,18	893,19	919,99	947,59
8,16%	II	657,84	677,58	697,91	718,84	740,41	762,62	785,50	809,07	833,34	858,34	884,09	910,61	937,93	966,07	995,05	1.024,90
12,49%	III	740,01	762,21	785,08	808,63	832,89	857,87	883,61	910,12	937,42	965,54	994,51	1.024,35	1.055,08	1.086,73	1.119,33	1.152,91
25,00%	IV	925,01	952,76	981,35	1.010,79	1.041,11	1.072,34	1.104,51	1.137,65	1.171,78	1.206,93	1.243,14	1.280,43	1.318,85	1.358,41	1.399,16	1.441,14
16,98%	V	1.082,08	1.114,54	1.147,98	1.182,42	1.217,89	1.254,43	1.292,06	1.330,82	1.370,75	1.411,87	1.454,22	1.497,85	1.542,79	1.589,07	1.636,74	1.685,84
20,00%	VI	1.298,49	1.337,45	1.377,57	1.418,90	1.461,47	1.505,31	1.550,47	1.596,98	1.644,89	1.694,24	1.745,07	1.797,42	1.851,34	1.906,88	1.964,09	2.023,01
20,00%	VII	1.558,19	1.604,94	1.653,09	1.702,68	1.753,76	1.806,37	1.860,56	1.916,38	1.973,87	2.033,09	2.094,08	2.156,90	2.221,61	2.288,26	2.356,91	2.427,61

Complementação paga pelo Governo do Espírito Santo para acompanhar a Lei n.º 11.738 de 16 de julho de 2008 - PSPN																	
Varição %	Classes	REFERENCIAS															
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
classes	I	990,37	972,12	953,33	933,97	914,03	893,50	872,34	850,56	828,12	805,00	781,19	756,67	731,41	705,40	678,60	651,00
8,16%	II	940,75	921,01	900,68	879,75	858,18	835,97	813,09	789,52	765,25	740,25	714,50	687,98	660,66	632,52	603,54	573,69
12,49%	III	858,58	836,38	813,51	789,96	765,70	740,72	714,98	688,47	661,17	633,05	604,08	574,24	543,51	511,86	479,26	445,68
25,00%	IV	673,58	645,83	617,24	587,90	557,48	526,25	494,08	460,94	426,81	391,66	355,45	318,16	279,74	240,18	199,43	157,45
16,98%	V	516,51	484,05	450,61	416,17	380,70	344,16	306,53	267,77	227,84	186,72	144,37	100,74	55,80	9,52		
20,00%	VI	300,10	261,14	221,02	179,69	137,12	93,28	48,12	1,61								
20,00%	VII	40,40															

Respeitando-se a Lei n.º 11.738 de 16 de julho 2008 - Piso Salarial Profissional Nacional - MEC (reajustes desde seu vigor)																	
Tabela do Piso Salarial Profissional Nacional/MEC para 2018 - Proporcional 25 horas - JANEIRO																	
Varição %	Classes	REFERENCIAS															
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
classes	I	1.508,59	1.646,55	1.695,94	1.746,82	1.799,23	1.853,20	1.908,80	1.966,06	2.025,05	2.085,80	2.148,37	2.212,82	2.279,21	2.347,58	2.418,01	2.490,55
8,16%	II	1.729,02	1.780,89	1.834,32	1.889,35	1.946,08	2.004,41	2.064,54	2.126,48	2.190,27	2.255,98	2.323,66	2.393,37	2.465,17	2.539,12	2.615,30	2.693,76
12,49%	III	1.944,97	2.003,32	2.063,42	2.125,32	2.189,08	2.254,76	2.322,40	2.392,07	2.463,83	2.537,75	2.613,88	2.692,30	2.773,07	2.856,26	2.941,95	3.030,21
25,00%	IV	2.431,22	2.504,15	2.579,28	2.656,66	2.736,36	2.818,45	2.903,00	2.990,09	3.079,79	3.172,19	3.267,35	3.365,37	3.466,33	3.570,32	3.677,43	3.787,76
16,98%	V	2.844,04	2.929,36	3.017,24	3.107,76	3.200,99	3.297,02	3.395,93	3.497,81	3.602,74	3.710,82	3.822,15	3.936,81	4.054,92	4.176,56	4.301,86	4.430,92
20,00%	VI	3.412,84	3.515,23	3.620,69	3.729,31	3.841,19	3.956,42	4.075,12	4.197,37	4.323,29	4.452,99	4.586,58	4.724,18	4.865,90	5.011,88	5.162,23	5.317,10
20,00%	VII	4.095,41	4.218,28	4.344,82	4.475,17	4.609,42	4.747,71	4.890,14	5.036,84	5.187,95	5.343,59	5.503,89	5.669,01	5.839,08	6.014,25	6.194,68	6.380,52

Obs.: A defasagem em relação ao PIS0 é de 162,83%

Modelo de pagamento praticado pelo Governo do Espírito Santo em 2018 na Modalidade de Subsídio																	
Tabela de remuneração - Reajuste a partir de 1º de ABRIL, dado pela Lei n.º 10.815 de 04 de abril de 2018 - (índice de 5,0%)																	
Varição %	Classes	REFERENCIAS															
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
classes	I	1.148,51	1.182,97	1.218,45	1.255,01	1.292,66	1.331,44	1.371,38	1.412,52	1.454,90	1.498,55	1.543,50	1.589,81	1.637,50	1.686,63	1.737,22	1.789,34
6,25%	II	1.220,29	1.256,90	1.294,61	1.333,45	1.373,45	1.414,65	1.457,09	1.500,81	1.545,83	1.592,20	1.639,97	1.689,17	1.739,84	1.792,04	1.845,80	1.901,17
5,88%	III	1.292,07	1.330,84	1.370,76	1.411,88	1.454,24	1.497,87	1.542,80	1.589,09	1.636,76	1.685,86	1.736,44	1.788,53	1.842,19	1.897,45	1.954,38	2.013,01
61,11%	IV	2.081,67	2.144,12	2.208,45	2.274,70	2.342,94	2.413,23	2.485,63	2.560,20	2.637,00	2.716,11	2.797,60	2.881,52	2.967,97	3.057,01	3.148,72	3.243,18
6,90%	V	2.225,24	2.292,00	2.360,76	2.431,58	2.504,53	2.579,66	2.657,05	2.736,76	2.818,87	2.903,43	2.990,53	3.080,25	3.172,66	3.267,84	3.365,87	3.466,85
29,03%	VI	2.871,27	2.957,41	3.046,14	3.137,52	3.231,65	3.328,59	3.428,45	3.531,31	3.637,25	3.746,36	3.858,75	3.974,52	4.093,75	4.216,56	4.343,06	4.473,35
30,00%	VII	3.732,66	3.844,64	3.959,98	4.078,78	4.201,14	4.327,17	4.456,99	4.590,70	4.728,42	4.870,27	5.016,38	5.166,87	5.321,88	5.481,53	5.645,98	5.815,36

Complementação paga pelo Governo do Espírito Santo para acompanhar a Lei n.º 11.738 de 16 de julho de 2008 - PSPN																	
Varição %	Classes	REFERENCIAS															
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
classes	I	450,08	415,62	380,14	343,58	305,93	267,15	227,21	186,07	143,69	100,04	55,09	8,78				
6,25%	II	378,30	341,69	303,98	265,14	225,14	183,94	141,50	97,78	52,76	6,39						
5,88%	III	306,52	267,25	227,83	186,71	144,35	100,72	55,79	9,90								
61,11%	IV																
6,90%	V																
29,03%	VI																
30,00%	VII																

Respeitando-se a Lei n.º 11.738 de 16 de julho 2008 - Piso Salarial Profissional Nacional - MEC (reajustes desde seu vigor)																	
Tabela do SUBSÍDIO do Piso Salarial Profissional Nacional/MEC para 2019 - Proporcional 25 horas - JANEIRO																	
Varição %	Classes	REFERENCIAS															
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
classes	I	1.508,59	1.646,55	1.695,94	1.746,82	1.799,23	1.853,20	1.908,80	1.966,06	2.025,05	2.085,80	2.148,37	2.212,82	2.279,21	2.347,58	2.418,01	2.490,55
6,25%	II	1.698,50	1.749,46	1.801,94	1.856,00	1.911,68	1.969,03	2.028,10	2.088,94	2.151,61	2.216,16	2.282,64	2.351,12	2.421,66	2.494,31	2.569,14	2.646,21
5,88%	III	1.798,41	1.852,37	1.907,94	1.965,18	2.024,13	2.084,85	2.147,40	2.211,82	2.278,18	2.346,52	2.416,92	2.489,43	2.564,11	2.641,08	2.720,26	2.801,87
61,11%	IV	2.897,44	2.984,37	3.073,90	3.166,12	3.261,10	3.358,93	3.459,70	3.563,49	3.670,40	3.780,51	3.893,92	4.010,74	4.131,06	4.254,99	4.382,64	4.514,12
6,90%	V	3.097,27	3.190,19	3.285,89	3.384,47	3.486,00	3.590,58	3.698,30	3.809,25	3.923,53	4.041,23	4.162,47	4.287,34	4.415,96	4.548,44	4.684,90	4.825,44
29,03%	VI	3.996,47	4.116,37	4.239,86	4.367,06	4.498,07	4.633,01	4.772,00	4.915,16	5.062,61	5.214,49	5.370,93	5.532,06	5.698,02	5.868,96	6.045,03	6.226,38
30,00%	VII	5.195,42	5.351,28	5.511,82	5.677,17	5.847,49	6.022,91	6.203,60	6.389,71	6.581,40	6.778,84	6.982,21	7.191,67	7.407,42	7.629,65	7.858,54	8.094,29

Obs.: A defasagem em relação ao PIS0 é de 39,19%

a). Formação Continuada Dos Profissionais

A escola Arnulpho Mattos, visando a melhoria da qualidade do processo ensino/aprendizagem utiliza estratégias diversas na formação continuada dos professores e demais profissionais, como:

- planejamento coletivo e integrado, por área de conhecimento abordando: leituras e reflexões de textos inerentes as diversas áreas de conhecimento e provocando a interdisciplinaridade;
- propostas de trabalhos coletivos, visitas técnicas, aulas extracurriculares;
- elaboração e encaminhamento de projetos;
- elaboração e correção de atividades diárias, avaliações;
- pré-conselho;
- reflexão sobre a prática docente;
- preenchimento de diário de classe;
- planejamento anual que é entregue ao pedagogo até 15 dias após o início do ano letivo;
- abordagens pedagógicas, coletivas e individuais.

DIMENSÃO VI – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

Quadro Demonstrativo: Docente

Nº	Nome	Situação	Habilitação	Função	Tempo Experiência
1	ADILCEA COSTA PORTO GUIDETTI	EFETIVA	LICENCIADA – LETRAS PORTUGUÊS; LATUS SENSU EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	Língua Portuguesa	12 anos
2	ALEXANDRE NEGRELLI	EFETIVO	GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA; LATUS SENSU	Educação Física	23 anos
3	AMANDA LOUREIRO NASCIMENTO	DT	BACHAREL EM ENGENHARIA ELÉTRICA; MESTRADO EM ELETRÔNICA DE POTÊNCIA	Comandos Elétricos, Eletrônica Analógica; Eletrônica Digital	2 ANOS
4	ANA LÚCIA APARECIDA ALVES	DT	BACHAREL EM ADMINISTRAÇÃO; LICENCIADA EM MATEMÁTICA; LATUS SENSU EJA	Marketing e Vendas; Empreendedorismo e Projetos;	7 anos
5	ANDERSON FREITAS DOS SANTOS	DT	BACHAREL EM ENGENHARIA ELETRICA;	Comandos Elétricos, Eletrônica Analógica; Eletrônica Digital	3 anos
	ANNIE MERARI	EFETIVA	GRADUAÇÃO EM	Artes	9 anos

6	HARSCH DA COSTA		ARTES VISUAIS; LATUS SENSU EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		
7	ANTONIO FERNANDO SILVA SOUZA	EFETIVO	GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS;	Sociologia; Filosofia	14 anos
8	ANTONIO SCALCO FABRIS	DT	GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS; STRICTO SENSU EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Higiene Ocupacional; Proteção Ambiental	5 anos
9	CAIQUE DA CONCEIÇÃO	DT	GRADUAÇÃO EM FÍSICA	Física	4 anos
10	CAMILO LELLIS SANTOS BUENO	DT	BACHAREL EM ADMINISTRAÇÃO; LATUS SENSU - ESTRATÉGIA EM ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL; STRICTO SENSU EM GESTÃO DA PRODUTIVIDADE.	Empreendedorismo; Depto. Pessoal; Métodos e Técnicas Administrativas; Rotinas Trabalhistas, Tributárias e Contábeis.	9 anos
11	CARMEN RIBEIRO FARIA SANTOS	DT	GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO, LATUS SENSU INFORMÁTICA EDUCACIONAL, STRICTO SENSU INFORMÁTICA – INTELIGÊNCIA COMPUTACIONAL	Informática	1 ano
12	CAROLINA FRIZZERA SANTOS	EFETIVA	LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA; STRICTU SENSU EM LETRAS	Língua Portuguesa	1 ano
13	CRISTINA DA COSTA FARO	EFETIVO	MAGISTÉRIO	Professora A- Lotada na Biblioteca	32 anos
14	DEMOSTENES AMORIM PORFIRIO	EFETIVO	LICENCIADO - QUÍMICA; LATUS SENSU ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO TÉCNICO	Química	19 anos
15	DENILSON MACHADO DE OLIVEIRA	DT	ENGENHEIRO ELETRICISTA, LICENCIADO-FÍSICA	Iniciação a Prática Profissional; Comandos Elétricos; Eletrônica de Potência; Controle de Processos e Instrumental.	8 anos
16	DORIVAL R. BRITO	DT	ENGENHARIA ELÉTRICA, LICENCIATURA PLENA EM MECÂNICA E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO.	Eletricidade Básica II; Eletrônica Analógica; Projetos Elétricos Industriais, Máquinas Elétricas, Eletrônica de Potência; Eletrônica Analógica; Projetos Elétricos Industriais; Máquinas Elétricas; Controle de Processos Industriais.	5 anos
17	EDSON DINEI SALVADOR	EFETIVO	GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA; LATUS SENSU EM POLÍTICAS	Geografia	16 ANOS

			PÚBLICAS		
18	EDUARDO LUIZ FERREIRA DA SILVA	EFETIVO	GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA MECÂNICA/ELETRICA, LICENCIADO EM FÍSICA, ESPECIALISTA EM AUTOMAÇÃO, CONTROLE E PROCESSO INDUSTRIAIS E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	Eletrônica Digital, Controle Programação e Lógica, Eletrônica Analógica, Eletrônica Digital, Instalações Elétricas Prediais, Máquinas Elétricas.	25 anos
19	EGLIF B. SOBRAL	EFETIVO	LICENCIADO- HISTÓRIA	História	9 anos
20	EDUARDO COSME BORGES	EFETIVO	LICENCIATURA MATEMÁTICA	Matemática	9 anos
21	ELAINE CRISTINA PEREIRA DUTRA	DT	LICENCIATURA LETRAS/PORTUGUES; STRICTO SESU ESTUDO LINGUISTICA	Licenciatura em Língua Portuguesa; stricto sensu estudo linguística.	9 anos
22	ELIANA SANTOS. SILVA	DT	LICENCIATURA PLENA EM LETRAS/INGLÊS - LATUS SENSU - EJA	Inglês Instrumental, Inglês Técnico.	9 anos
23	ERISSON FREIRE DE ABREU	DT	GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA ELÉTRICA, LATUS SENSU EM SEGURANÇA DO TRABALHO	Instalações elétricas prediais; Eletricidade básica – Regime CA; Máquinas Elétricas.	3 anos
24	ETEVALDO S. COSTA	DT	GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA MECÂNICA; STRICTU SENSU EM ENGENHARIA MECÂNICA.	Eletromecânica, OSM, hidráulica e Pneumática, tecnologia dos Materiais, Máquinas Operatrizes I.	4,5 anos
25	EVELLINE GALAZZI	DT	GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS; LATUS SENSU EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Biologia	11 anos
26	EWERTON LUIZ MANSUR XAVIER	DT	GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA AGRONOMICA; LATUS SENSO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO	Ergonomia	10 anos
27	FERNANDA MARIA GOMES MARTINS	DT	GRADUAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA E ESPANHOLA; LATUS SENSU EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	Língua Espanhola	13,5 anos
28	FERNANDO GUIDONI	DT	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA; LATUS SENSO EM EDUCAÇÃO FÍSICA PARA EDUCAÇÃO BÁSICA	Educação Física	14 anos
29	FLAVIO EDUARDO CASTELLAR P. DE S. RODRIGUES	DT	GRADUAÇÃO EM LETRAS – LIBRAS; LATUS SENSU EM LIBRAS	Libras	7 anos
		DT	GRADUAÇÃO EM	Técnico em Materiais,	6 anos

30	HONORIO DELATORE JUNIOR		ENGENHARIA MECÂNICA; STRICTO SENSU EM ENGENHARIA METALÚRGICA E MATERIAS	Máquinas Térmicas	
31	INGRYD SOARES DA COSTA PEREIRA	DT	LICENCIATURA E BACHARELADO EM QUÍMICA; LATUS SENSU EM ENSINO DE QUÍMICA.	Química	4,5 anos
32	JACÓ FRANÇA CONCEIÇÃO ROMANHA	DT	GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA MECÂNICA; LATUS SENSU INFORMÁTICA EM EDUCAÇÃO.	Desenho técnico e CAD; Iniciação à Prática Profissional; Introdução ao Projeto; Manutenção mecânica; Máquinas Operatrizes II	5,3 anos
33	JEGIANE FAVORETO MARIANO	EFETIVA	GRADUAÇÃO EM MATEMÁTICA; LATUS SENSU EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE.	Matemática	3 anos
34	JOAQUIM CARVALHO CALMON	EFETIVO	ENGENHARIA MECÂNICA E LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	Mecânica	25 anos
35	JOSE EDUARDO CORDEIRO	DT	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA E LATUS SENSU EM MATEMÁTICA	Matemática	1 ano
36	LEANDRO MACIEL DA SILVA	DT	ENGENHARIA ELÉTRICA E LATUS SENSU EM EDUCAÇÃO	Eletricidade Básica CC, Eletricidade Básica CA, Eletrônica Analógica, Eletrônica de Potência, Comandos Elétricos	3 anos
37	LEONARDO MOULIN MORAES	DT	BACHAREL DE ADMINISTRAÇÃO	Técnica de vendas, Introdução a recursos	3 anos
38	LISLANE ROCHA SCHAEFFER	EFETIVO	BACHAREL EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Biologia	14 anos
39	LORENA BORTOLI LECCHI DE SOUZA	EFETIVO	LICENCIADA- QUIMICA; LATUS SENSU EJA	Química	8 anos
40	LUCYANE MOREIRA DOS SANTOS	DT	GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS; STRICTU SENSU BIOLOGIA ANIMAL	Biologia	9 anos
41	MARCÉUS MADEIRA LYRA COELHO	DT	BACHAREL DE ADMINISTRAÇÃO	Administração financeira	5 anos
42	MARIA DA CONCEIÇÃO CESCINETTO	DT	BACHAREL EM ENGENHARIA MECÂNICA; MESTRE EM METALURGIA E ENGENHARIA DOS MATERIAIS	Hidráulica e Pneumática e Elementos de máquinas e Tecnologia dos materiais.	4 anos
43	MARIA DE FÁTIMA SILVA LYRIO	DT	GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS; LATUS SENSU PSICOPEDAGOGIA	Contabilidade e Contabilidade de custos	7,8 anos
			BACHAREL EM	Teoria Geral de	11 anos

44	MARCIA MING	DT	ADMINISTRAÇÃO; LICENCIATURA PLENA MATEMÁTICA, LATUS SENSU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	Administração; Métodos e Técnicas Administrativas.	
45	MIRIAM COSTA CORDEIRO	EFETIVA	GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA, STRICTU SENSO	Filosofia	9,7 anos
46	MURILO REIS	DT	ENGENHARIA ELÉTRICA	Eletrônica Analógica; Iniciação a Prática Profissional, Instalações Elétricas Prediais, Projetos Elétricas Industriais, Controle Lógica;	4 anos
47	NATHAN MORETTO GUZZO FERNANDES	DT	GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA	Geografia.	4, anos
48	NATHALIA DA COSTA DIAS	DT	GRADUAÇÃO EM MATEMÁTICA; LATUS SENSU EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	Matemática	3,5 anos
49	NAYANE COELHO DE LAIA	DT	LICENCIATURA EM ARTES	Artes	3 anos
50	NILCEIA CASSIA N. DIAS	EFETIVO	LICENCIADA LETRAS/PORTUGUES; LATUS SENSU LINGUÍSTICA	Língua Portuguesa	27 anos
49	PAULA CHRISTINA CORREA DE ALMEIDA	DT	GRADUAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA; STRICTU SENSU EM CIÊNCIAS DA LITERATURA	Português Instrumental;	2 anos
50	PAULO CESAR SANTOS FRANCISCO	DT	ENGENHARIA ELÉTRICA; LATUS SENSU ENGENHARIA MECATRÔNICA	Desenho Assistido no Computador.	5,7 anos
51	PAULO CESAR STORCH	DT	GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS, LATUS SENSU EM EDUCAÇÃO PARA O ENSINO SUPERIOR;	Empreendedorismo	4,5 anos
52	PEDRO LUIZ REGATTIELLI DA CUNHA	DT	GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE AUTOMAÇÃO E CONTROLE; LATUS SENSU EM ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO	Iniciação à prática profissional; Eletricidade básica – regime CC; Comandos elétricos; Automação elétrica; Planejamento e controle da automação elétrica; Planejamento e controle; Controle de processos	4 anos
54	POLIANA AMÉLIA DE SOUZA DEPOLLO ALBEN	EFETIVO	LICENCIADO - MATEMÁTICA; LATUS SENSU- DOCÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR	Matemática	21 anos
55	RENZO SILVA FERRARINI	DT	ENGENHARIA MECÂNICA	Maquinas Operatrizes II.	4,3 anos
56	ROGERIO FABIO SUAVE	DT	GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA MECÂNICA,	IPI, Tecnologia de Mecânica, Tecnologia de Materiais,	4 anos

			LICENCIATURA EM MATEMÁTICA; LATUS SENSU EM EDUCAÇÃO E ENGENHARIA DA PRODUÇÃO		
57	ROGERIO OLIVEIRA ARAUJO	EFETIVO	LICENCIADO EM FILOSOFIA; MESTRADO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO	Sociologia, Filosofia	27 anos
58	SILVIA CARLA DA SILVA	DT	GRADUAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA	Língua Portuguesa	9 anos
59	THAMIRES COSTA LEAL	DT	LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA; LATUS SENSU METODOLOGIAS NO ENSINO DE MATEMÁTICA	Matemática	4,3 anos
61	UEBERSON MIRANDA SILVA	DT	LICENCIATURA EM FÍSICA;	FÍSICA	12 anos
62	VERA LUCIA DE OLIVEIRA MEDEIROS	DT	GRADUAÇÃO EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA DEFICIENTES MENTAIS	Educação Especial	6 anos
63	VINICIO MERÇON POLTRONIERI	EFETIVO	GRADUAÇÃO EM FÍSICA E MATEMÁTICA; STRICTU SENSU EM ENSINO DE FÍSICA	Física	1 ano
65	WESLEY MANELLI	EFETIVO	LICENCIADO EM FÍSICA	Física	16 anos
66	YUMI MARIA HELENA MIYAMOTO	DT	BACHAREL EM DIREITO	Direito	3 anos

DIMENSÃO VI - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

E para essa construção é fundamental compreender que a diversidade é constitutiva da espécie humana, sobretudo se entendida como a construção histórica, cultural e social e faz parte do acontecer humano. De acordo com Lima (2006),

A diversidade presente no currículo e na escola permite avançar para o campo da ética como processo de formação humana, que exige a busca por valores, solidariedade e justiça, cultura de paz e cidadania, respeito as diferenças. O que se espera da educação é que ela promova a emancipação dos sujeitos, para que sejam capazes de fazer escolhas ao longo de sua existência e efetivamente se assumam como autores da história da humanidade. Reconhece-se o direito à diversidade no currículo como processo educativo pedagógico, como ato político pela garantia do direito de todos.

O currículo deve contemplar o ser humano em sua complexidade e dimensões que compõem sua realidade objetiva de vida – tanto dentro quanto fora da escola – destacando-se as questões ambientais, as relações étnico raciais, a cultura de paz, os direitos humanos, a sexualidade, a ética e cidadania, dentre outras, como questões inerentes ao currículo escolar, contribuindo de fato para a formação humana.

Viabilizar os meios didáticos e pedagógicos para a materialização das aprendizagens dos alunos na construção da cidadania é fundamental. A intervenção docente, nessa lógica, precisa estar subsidiada com as informações que mapeiem como os estudantes estão aprendendo, isto é, o docente precisa perguntar-se: como os alunos aprendem ou estão desenvolvendo suas aprendizagens? Como eu, professor, estou desafiando meus alunos, propondo atividades que oportunizem a aprendizagem? Quais estratégias estou utilizando para que meus alunos desenvolvam competências e habilidades que o possibilitam resolver situações-problemas?

Para isso, é importante que sejam considerados diversos aspectos em níveis diferenciados, como:

- ❖ Formas de gestão dos cursos e da Instituição;
- ❖ Organização e estrutura;
- ❖ Nível de internalização da proposta político – pedagógica/PDI pelo corpo docente, técnico-administrativo e discente;
- ❖ Coerência na articulação entre ensino, pesquisa e prática.
- ❖ Políticas de atividades formativas e complementares:
- ❖ Programas de estímulo e apoio ao estudante;
- ❖ Envolvimento e participação do corpo discente;
- ❖ Estímulos institucionais à participação voluntária de alunos;
- ❖ Participação em programas oficiais;

- ❖ Apresentação dos resultados à comunidade.
- ❖ Grau de participação dos docentes em associações científicas, culturais e artísticas;
- ❖ Envolvimento e participação do corpo docente:
- ❖ Apresentação dos projetos de acordo com o calendário da Instituição.
- ❖ Envolvimento e participação do corpo discente:
- ❖ Estímulos institucionais à participação voluntária de alunos;
- ❖ Participação em programas oficiais;
- ❖ Apresentação dos resultados à comunidade escolar.

DIMENSÃO VI - INFRAESTRUTURA

- INSTALAÇÕES GERAIS

A Escola está situada em terreno de propriedade do governo do Estado do Espírito Santo, medindo 3.631,25 metros quadrados, sendo 1.629,11 metros quadrados de área construída em alvenarias destinadas às dependências da escola. O restante está entre área livre e outras edificações como: CMEI e ESESPE.

As dependências da escola estão divididas em: Galpão dos laboratórios de Mecânica, Eletrotécnica e Soldagem, quadra de esportes; prédio administrativo, 20 salas de aulas e 01 auditório, 01 Laboratório de CAD, 01 Laboratório de Informática, 01 Biblioteca, 04 banheiros – alunos e 02 professores, 01 diretor, 2 depósitos, 01 sala de recurso, 01 cozinha, 01 refeitório-aluno, 01 sala dos professores, 01 sala de planejamento, 01 sala da direção, 01 sala coordenação e pedagogia. Possui uma infraestrutura de câmeras de monitoramento, luz de emergência e extintores, e vigilantes 24h por dia.

Sendo a escola um dos locais mais frequentados pelos indivíduos de uma sociedade, há necessidade de averiguar como os prédios escolares estão se adaptando a esta nova lei.

A escola Arnulpho Mattos prima em promover uma educação igualitária, no sentido de apresentar aos estudantes todos os meios de acesso, e nesse sentido, o prédio escolar tem passado por mudanças que favorecem a comunidade escolar a fim de adaptar-se às regras gerais de acessibilidade da Norma Brasileira (NBR) 9050 de 2004. Todas as descrições dos espaços físicos estão contidos no PDI.

Equipamentos de informática: acesso a internet – A escola possui uma sala de informática com 40 chromebook, quadro digital, Datashow e computador para o professor, assim como, uma estrutura de internet para toda a escola, para alunos e professores, o que proporciona uma qualidade de ensino mais conectada com a atualidade. Também, possui um laboratório de CAD, para desenho com 16 máquinas, Datashow e quadro digital. Assim como uma sala de planejamento para professores com máquinas ligadas a internet.

Além disso, a escola disponibiliza em seu Planejamento financeiro, verba para apoio logístico para Jogos na rede, Visitas Técnicas e Coral.

Em relação a conservação das instalações físicas, máquinas e equipamentos dos laboratórios, são direcionados parte da verba federal e estadual para suprir as necessidades básicas.

Quanto a conservação de limpeza, segurança patrimonial, são realizados através de licitações entre a Secretaria de Estado de Educação - SEDU/ES

- Biblioteca

Possui um grande acervo bibliográfico, desde livros que atendam os cursos técnicos, que estão descritos nos devidos PPC e das disciplinas do propedêutico. Também, possui um acervo literário de diversos títulos e outros direcionados a educação.

O atendimento da biblioteca é das 7:00h as 11:00h e das 13:00 às 20h

Serviços:

- Horário de funcionamento; 7:00h as 11:00h e das 13:00 às 20h

- Serviços de acesso ao acervo; Empréstimos de livros que tenham mais de um volume por 7 dias, podendo ser renovado.

- Laboratórios e instalações específicas

A escola possui vários laboratórios de práticas profissionais, direcionados em cada curso e deverão ser avaliados nos seguintes aspectos.

- ❖ Espaço físico e equipamentos:
 - Políticas de conservação, expansão e suas formas de operacionalização;
 - Políticas de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos e suas formas de operacionalização;
 - Utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.
 - Serviços:
 - Normas de segurança e seu cumprimento;

DIMENSÃO VIII – RELAÇÃO PLANEJAMENTO/AVALIAÇÃO

- Proposta Político-Pedagógica

- Coerência do plano de gestão com a proposta político – pedagógica/PDI e cumprimento dos objetivos e projetos institucionais;
- Coerência entre a estrutura organizacional oficial e a real;
- Uso de gestão estratégica para antecipar problemas e soluções;
- Investimento na comunicação e circulação de informação;

- Plano de Metas Institucional

Tendo como base principal, a Educação Profissional integrada e articulada com a Educação Básica, onde os significativos conhecimentos teóricos e tecnológicos constituem-se como aporte para a habilitação e qualificação de seus egressos. Possibilitando a formação continuada e a promoção do desenvolvimento

sustentável,²resultantes dos planos de ações dos gestores, e propostas pedagógicas como um norteador, não limitante de suas características de transversalidade, enfatizando:

- a) *Projetos, contratos, convênios, estágios e outras ações dessa natureza, voltados para a área do ensino;*
- b) *Planejamento, coordenação, orientação, supervisão, avaliação e controle sistemático do ensino;*
- c) *Constante melhoria do processo de indicadores acadêmicos, administrativos e de satisfação, tornando a gestão da educação eficiente e eficaz;*
- d) *Busca da excelência na definição e redefinição da estrutura e dos processos de ensino;*
- e) *Comprometimento da comunidade interna com a avaliação institucional e seus resultados;*
- f) *Constante melhoria dos processos a partir da aplicação dos resultados registrados na avaliação institucional;*
- g) *Permanente atenção, estudo e atualização dos Planos Pedagógicos dos Cursos – PPC's em consonância com a dinâmica do conhecimento, mercado, conselhos da classe profissional e das Diretrizes Curriculares Nacionais e das diversas avaliações legais submetidas pelo INEP/MEC;*

Curto Prazo (01 a 02 Anos)

- ✓ Consolidar modelo pedagógico diferenciado como posicionamento estratégico no mercado da educação.
- ✓ Corrigir as falhas no processo pedagógico buscando patamares mínimos de reprovação e evasão.

² São necessárias disciplinas que envolvam conteúdos de sustentabilidade de materiais, transportes, lixo, aproveitamento de resíduos e projetos que impliquem em tecnologias de recicláveis. Também será necessária a educação sustentável na escola e adaptações para que os alunos possam experimentar ações e projetos com o desenvolvimento sustentável.

- ✓ Ter os melhores laboratórios de prática profissional do Estado do Espírito Santo.
- ✓ Assumir postura de líder no segmento na região no Estado do Espírito Santo.
- ✓ Estar em evidência na mídia com projetos e ações estratégicos mensalmente.

Você está visualizando os dados da SRE CARAPINA

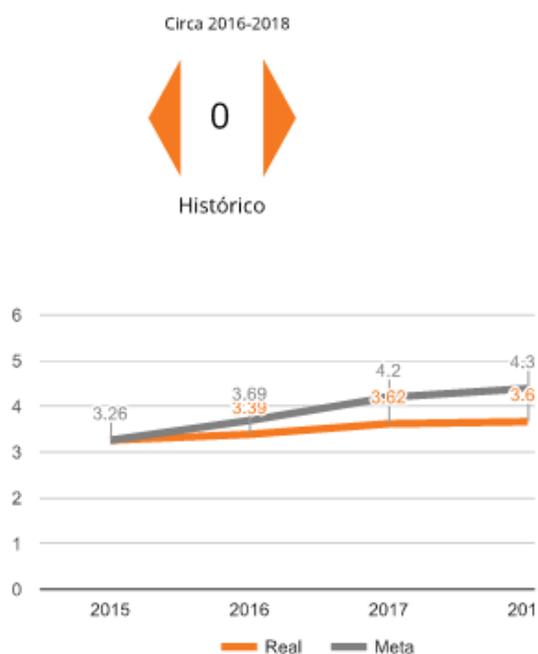


Figura 1 Fonte: Projeto Jovem de Futuro

Médio Prazo (03 A 05 Anos)

Fig: 1 – Plano de Ação (Extraído Projeto Jovem de Futuro)

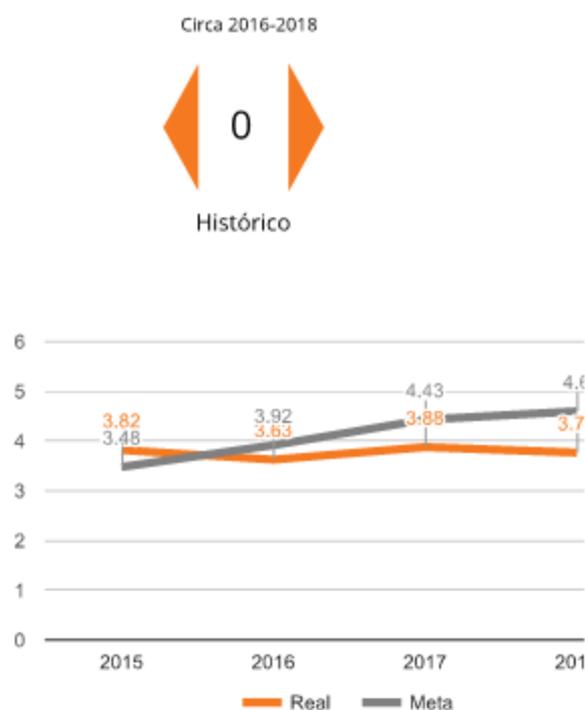


Figura 2 Fonte: Projeto Jovem de Futuro

- ✓ Melhoramento contínuo do processo de aprendizagem.
- ✓ Parcerias de tecnologia com a empresas do setor;
- ✓ Sistematização de qualificação do ensino pedagógico para o docente das disciplinas profissionais.

Resultados em 2025

“A Escola Estadual Arnulpho Mattos será referência em programas de Educação e Tecnologia a partir de ações inovadoras, contribuindo para o desenvolvimento do Estado do Espírito Santo”.

- ❖ Aspectos que serão avaliados:
 - Programas de bem-estar à comunidade escolar e suas formas de operacionalização;
 - Estrutura e funcionamento do sistema de registro escolar;
 - Sistema e recursos de informação e comunicação;

- Controle de normas acadêmicas.

- Plano de Metas Institucional

Aspectos que serão avaliados:

- Adequação e efetividade do PDI com os planos dos cursos;
- Abrangência do processo de planejamento;
- Participação da comunidade no processo de planejamento;
- Transparência do processo de planejamento;
- Acompanhamento do processo de planejamento.

- Autoavaliação Institucional

Aspectos que serão avaliados:

Autoavaliação institucional:

- Programa de autoavaliação institucional;
- O papel e o funcionamento da equipe de coordenação permanente da autoavaliação institucional;
- Abrangência do programa de autoavaliação institucional;
- Participação da comunidade escolar;
- Sintonia com o planejamento;
- Avaliações externas;
- Ações desencadeadas em função da avaliação externa;
- Articulação entre os resultados da avaliação externa e os resultados da autoavaliação.

DIMENSÃO IX – POLITICA DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

As atividades permanentes de prática profissional, articuladas ao ensino, estão ligadas ao conceito de capacidade laborativa na medida em que as competências geradas irão contribuir para a formação específica do estudante no que se refere à sua formação profissional. Assim, como oferta parceria de estágio para empresas parceiras nas áreas afins dos cursos ofertados. A Escola pretende oportunizar situações concretas vinculadas à prática profissional dos graduandos, visando ao desempenho técnico, humano e político.

Em decorrência, o professor está hoje sendo levado a entender que não é mais a única fonte legítima de conhecimento para seu discente. Talvez este seja mais hábil e mais rápido para ir à Internet buscar informações. Mas, enquanto isso acontece, fortalece-se o papel que o docente sempre teve, ou seja, de ajudar o discente a dar sentido às informações, avaliando, criticando, compreendendo, julgando a pertinência e aplicando-as na vida prática.

- Projetos Integrados

O trabalho interdisciplinar garante maior interação entre os alunos, destes com os professores, sem falar na experiência e no convívio grupal. Partindo deste princípio é que esta Instituição utiliza essa metodologia como uma forma de promover a união escolar em torno do objetivo comum de formação de indivíduos sociais, temos como função da interdisciplinaridade apresentar aos alunos possibilidades diferentes de olhar um mesmo fato.

Envolver a comunidade escolar nos eventos/projetos desenvolvidos na escola, no qual são eles:

- Feira do Empreendedorismo;
- Mostra de Ciências, Trabalho, Tecnologia e Cultura;
- Junior Achievement;
- Plano de ação da escola
- Esporte na Rede
- Simulado ENEM;
- Projeto Monitoria;
- Projeto Integrador;
- Projeto Faça Fácil - Projeto de Manutenção Elétrica Escolar

- Estágio Supervisionado

Na Escola Estadual de Ensino Médio Arnulpho Mattos, o Estágio Curricular Supervisionado é facultativo e integrado ou currículo do curso com a carga horária acrescida de, no mínimo, 400 (quatrocentos) horas para a habilitação profissional.

Desta forma o Estágio Curricular Supervisionado (não é obrigatório), não estabelece vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio e estar seguro contra acidentes. Caberá a empresa cedente manter à disposição da fiscalização documentos comprobatórios da relação de estágio; indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, enviar a instituição de ensino a cada 06 meses relatório de atividades desenvolvidas no estágio e por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

- Articulações com outras instituições

Para realização de oferta de estágio supervisionado é realizado com a celebração de parcerias com a documentação supracitada, entre empresas públicas e privadas, assume relevância nessa missão de formar profissionais capacitados a operar de acordo com as peculiaridades e necessidades regionais. Muitas dessas parcerias já estão acertadas, inclusive com vistas a assegurar estágios dos discentes do curso que se examina.

Nas parcerias e convênios, a Escola incentiva a participação docente e discente, facultando-lhes perceber vantagens em casos de produção de saúde preventiva, industrial, tecnológica ou intelectual, em assessoramento a entidades externas, em participação em colegiados administrativos.

O estágio constitui uma oportunidade para que futuros profissionais possam adquirir novas experiências; ter contato com profissionais e com as diferentes áreas de atuação; desenvolver visão prática com a aplicação e aprimoramento dos conceitos teóricos.

DIIMENSÃO X – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A execução do projeto de autoavaliação institucional da Escola Estadual de Ensino Médio Arnulpho Mattos(2021/2024) depende da alocação de recursos de diferentes naturezas. O principal refere-se ao empenho e participação decisiva dos recursos humanos da instituição, tanto na produção e organização das informações sobre o desempenho em dimensões e indicadores da autoavaliação, quanto na produção de relatórios e no exame crítico, e apresentação de sugestões ao longo de todo o seu desenvolvimento. A necessidade desta participação e as responsabilidades de cada setor da comunidade escolar encontram-se especificadas no projeto de autoavaliação.

Para a tabulação e organização de informações para o relatório da autoavaliação institucional será necessário dispor do uso de programas. A reprodução de questionários e cópias de projetos e relatórios para discussão, também representam um dispêndio de recursos necessários e de difícil dimensionamento neste momento.

A Instituição de Ensino, recebe verba proveniente do Governo Federal do **Programa Dinheiro Direto na Escola, (PDDE)** e Governo Estadual, **Programa Estadual Dinheiro Direto na Escola (PEDDE)**. As verbas são divididas de acordo com as ações a serem executadas ou por prioridade da escola. Para ano de 2020, os programas destinaram verbas conforme tabela abaixo.

PDDE – VERBA FEDERAL	REPROGRAMADOS(2019)	R\$ 26,563,72
PDDE – VERBA FEDERAL	CUSTEIO	R\$ 20,288,00
PDDE – VERBA FEDERAL	CAPITAL	R\$ 5,702,00
PEDDE- VERBA ESTADUAL	REPROGRAMADO	R\$ 126,743,41
PEDDE- VERBA ESTADUAL	CUSTEIO CAPITAL	R\$ 158,100,00

ANEXOS

8.2- AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM PROFESSORES

QUANTO AO ENSINO-A partir de sua experiência pessoal na EEEM Arnulpho Mattos, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:		TS	S	NS	I	TI	NA
1.	Qualidade do(s) curso(s) técnicos em que leciona;	1.					
2.	Satisfação em relação à estrutura curricular (de disciplinas) do(s) curso(s) técnicos em que atua;	2.					
3.	Conhecimento do projeto pedagógico do(s) cursos(s) em que atua;	3.					
4.	Qualidade dos Planos de Ensino apresentados pelos colegas de curso;	4.					
5.	Clareza em relação as melhores alternativas metodológicas para o desenvolvimento do ensino -aprendizagem nas suas aulas;	5.					
6.	Formas de autoavaliação utilizadas nas disciplinas para “medir” os níveis de aprendizagem dos alunos;	6.					
7.	Mecanismos adotados no(s) curso(s) para a definição dos conteúdos a serem tratados em cada disciplina;	7.					
8.	Alternativas oferecidas aos alunos para a complementação de sua formação global;	8.					
9.	Criatividade demonstrada no desempenho das atividades de ensino (enquanto docente);	9.					
10.	Inovação realizada a cada ano para o desenvolvimento das disciplinas em que atua;	10.					
11.	Relação entre reprovações e aprovações de alunos nas disciplinas em que atua;	11.					
12.	Seriedade acadêmica manifestada pelos docentes do(s) curso(s) em que atua;	12.					
13.	Nível de formação atingido pelos alunos que concluem o curso;	13.					
14.	Dedicação acadêmica dos alunos do(s) curso(s) em que atua;	14.					
15.	Nível de formação dos alunos quando ingressam no curso;	15.					
16.	Capacidade manifestada pelos alunos para a leitura de textos científicos durante o curso de técnico;	16.					
17.	Qualificação dos alunos para a escrita de TCC durante o curso técnico;	17.					
18.	Capacidade manifestada pelos alunos para a elaboração de monografia e/ou trabalho de conclusão de curso;	18.					
19.	Oportunidade de iniciação dos alunos na pesquisa no(s) curso(s) em que atua;	19.					
20.	Oportunidades de treinamento e inserção no mercado de trabalho, oferecidas pelo(s) curso(s) em que atua;	20.					
21.	Relação entre o número de alunos que ingressam e concluem o curso a cada ano;	21.					
22.	Medidas adotadas para a melhoria da qualidade do ensino no curso em que atua;	22.					
23.	Medidas adotadas para superar as dificuldades dos alunos com deficiências nas disciplinas;	23.					
24.	Medidas adotadas para aprimorar a metodologia das aulas nas disciplinas do curso;	24.					
25.	Medidas adotadas para aprimorar a autoavaliação dos alunos nas disciplinas do curso;	25.					
26.	Procedimentos adotados pelo curso para a qualificação dos conteúdos desenvolvidos nas disciplinas;	26.					
27.	Satisfação em relação ao regime de oferta dos cursos na EEEM Arnulpho Mattos;	27.					
28.	Adequação do projeto pedagógico do curso ao perfil do aluno a ser formado;	28.					
29.	Condições dos alunos para a dedicação ao curso técnico;	29.					
30.	Tempo dedicado ao planejamento e autoavaliação constantes do andamento das disciplinas;	30.					
31.	Iniciativa dos alunos para a complementação de sua formação acadêmica;	31.					
32.	Pauta de assuntos tratados nas reuniões nas coordenações de curso e sua relação com as atividades de ensino;	32.					
33.	Mudanças efetivamente realizadas no ensino a partir das decisões tomadas nas reuniões de coordenação de curso;	33.					
34.	Mecanismos de atendimento e orientação acadêmica dos alunos no cotidiano dos cursos;	34.					
35.	Comprometimento efetivo dos docentes com a qualificação dos cursos técnicos em que atua;	35.					
36.	Conhecimento da situação dos alunos que já concluíram o curso no mercado de trabalho;	36.					
37.	Satisfação em relação à implantação de novos cursos técnicos na EEEM Arnulpho Mattos;	37.					
38.	Implantação de cursos técnicos fora da sede da EEEM Arnulpho Mattos.	38.					

TS - Totalmente Satisfatório(a) **S** - Satisfatório(a) **NS** - Não sabe ou tem dúvidas **I** - Insatisfatório(a) **TI** - Totalmente Insatisfatório(a)

QUANTO A COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO -A partir de sua experiência pessoal na EEEM Arnulpho Mattos, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:		TS	S	NS	I	TI	NA
1.	Conhecimento do Projeto Pedagógico, Estatuto, Regimento e Resoluções da EEEM Arnulpho Mattos;	1.					
2.	Conhecimento das discussões e decisões das unidades de ensino da EEEM Arnulpho Mattos;	2.					
3.	Conhecimento das discussões e decisões da coordenação técnica a que pertence;	3.					
4.	Conhecimento das discussões e decisões sobre o componente curricular a que ministra;	4.					
5.	Formas de comunicação/informação na EEEM Arnulpho Mattos (murais, e-mail, grupos de whatsapp cartazes, etc.);	5.					
6.	Fluxo e circulação de informação no interior da EEEM Arnulpho Mattos;	6.					
7.	Comunicados e informes sobre eventos internos da EEEM Arnulpho Mattos;	7.					
8.	Comunicados e informes sobre eventos externos a EEEM Arnulpho Mattos;	8.					
9.	Acesso a equipamentos de comunicação e informação (fax, e-mail, grupos de whatsapp telefone, etc.);	9.					
10.	Acesso a equipamentos de informática e Internet;	10					
11.	Canais de expressão e reivindicação de melhorias;	11					
12.	Qualidade da informação prestada nos diversos setores da EEEM Arnulpho Mattos;	12					
13.	Qualidade da informação prestada nos diversos setores da unidade a que pertence;	13					
14.	Qualidade da informação prestada nos setores da coordenação de curso a que pertence;	14					
15.	Fluxo de memorandos, ofícios, convites e convocações internas;	15					
16.	Protocolo, fluxo e distribuição de documentos	16					

QUANTO AO AMBIENTE E CONDIÇÕES DE TRABALHO A partir de sua experiência pessoal da EEEM Arnulpho Mattos, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:		TS	S	NS	I	TI	NA
1.	Relacionamento entre os professores da unidade de ensino;	1.					
2.	Relacionamento com os funcionários da unidade de ensino;	2.					
3.	Relacionamento com os estudantes da EEEM Arnulpho Mattos;	3.					
4.	Relacionamento com as direções e coordenações em geral;	4.					
5.	Ética nas discussões e relações internas a EEEM Arnulpho Mattos ;	5.					
6.	Satisfação com as atividades que desenvolve;	6.					
7.	Trabalho em equipe, espírito de cooperação e solidariedade;	7.					
8.	Valorização enquanto profissional na EEEM Arnulpho Mattos;	8.					
9.	Oportunidade e condições de desenvolvimento pessoal na EEEM Arnulpho Mattos;	9.					
10.	Condições do espaço físico onde desenvolve as atividades profissionais (salas de aula, salas de docentes, etc.);	10.					
11.	Condições da estrutura física do campus (limpeza, segurança, aparência estética, etc.);	11.					
12.	Equipamentos e materiais disponíveis para as atividades de ensino;	12.					
13.	Equipamentos e materiais disponíveis para as atividades de pesquisa;	13.					
14.	Instruções/orientações para o desenvolvimento de atividades, preenchimento de formulários, etc.;	14.					

15.	Estímulo e apoio para a inovação de processos e formas de trabalho;	15.						
16.	Salário em relação à função exercida;	16.						
17.	Salário em comparação com outras instituições;	17.						
18.	Salário em relação às despesas básicas;	18.						
19.	Conhecimento dos descontos e vantagens salariais.	19.						
20.	Adequação do ambiente de trabalho para favorecer o bom desempenho acadêmico e científico;	20.						
21.	Adequação do tipo de convivência interna a EEEM Arnulpho Mattos para favorecer a formação de cidadãos ética e socialmente responsáveis.	21.						

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM PROFESSORES

QUANTO A ORGANIZAÇÃO E OBJETIVOS INSTITUCIONAIS			TS	S	NS	I	TI	NA
A partir de sua experiência pessoal na EEEM Arnulpho Mattos, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:								
1.	Políticas da EEEM Arnulpho Mattos para o Ensino;	1.						
2.	Realismo no Planejamento das atividades na Instituição;	2.						
3.	Racionalidade na programação e execução orçamentária da EEEM Arnulpho Mattos;	3.						
4.	Participação da comunidade estudantil na tomada de decisões;	4.						
5.	Envolvimento da EEEM Arnulpho Mattos com as preocupações e demandas da sociedade regional;	5.						
6.	Compromisso da Comunidade estudantil com a situação e o futuro da EEEM Arnulpho Mattos;	6.						
7.	Imagem interna da EEEM Arnulpho Mattos;	7.						
8.	Imagem da EEEM Arnulpho Mattos na sociedade;	8.						
9.	Imagem da EEEM Arnulpho Mattos no meio técnico;	9.						
10.	Nível de satisfação em fazer parte da EEEM Arnulpho Mattos;	10.						
11.	Contribuição da EEEM Arnulpho Mattos para o desenvolvimento local e regional;	11.						
12.	Contribuição da EEEM Arnulpho Mattos para a melhoria do Ensino Médio;	12.						
13.	Funcionamento administrativo da EEEM Arnulpho Mattos;	13.						
14.	Conhecimento sobre os Cursos das unidades de ensino da EEEM Arnulpho Mattos;	14.						
15.	Clareza sobre as competências e responsabilidades de cada setor/nível da administração da EEEM Arnulpho Mattos;	15.						
16.	Conhecimento dos cargos (CC) e funções (F) existentes na EEEM Arnulpho Mattos;	16.						
17.	Mecanismos de tomada de decisões na EEEM Arnulpho Mattos;	17.						
18.	Funcionamento dos Conselho de Escola da EEEM Arnulpho Mattos	18.						
19.	Funcionamento da Coordenação Pedagógica da unidade de ensino onde atua;	19.						
20.	Funcionamento da Coordenação Técnica do qual faz parte;	20.						
21.	Objetivos institucionais da EEEM Arnulpho Mattos a médio e longo prazos;	21.						

- TS - Totalmente Satisfatório(a)
 S - Satisfatório(a)
 NS - Não sabe ou tem dúvidas
 I - Insatisfatório(a)
 TI - Totalmente Insatisfatório(a)
 NA - Não se aplica

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM ALUNOS

QUANTO A PESQUISA - A partir de sua experiência pessoal na EEEM Arnulpho Mattos, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:			TS	S	NS	I	TI	NA
1.	Condições existentes para o desenvolvimento da pesquisa na EEEM Arnulpho Mattos;	1.						
2.	Qualidade do acervo da biblioteca em sua área de atuação;	2.						
3.	Quantidade do acervo da biblioteca em sua área de atuação;	3.						
4.	Equipamentos e laboratórios acessíveis para o desenvolvimento da pesquisa;	4.						
5.	Cooperação entre os docentes e alunos para o desenvolvimento da pesquisa;	5.						
6.	Participação de alunos do curso técnico no desenvolvimento da pesquisa;	6.						
7.	Participação em grupos de pesquisa ou estudo na EEEM Arnulpho Mattos;	7.						
8.	Participação em eventos científicos em geral;	8.						
9.	Valorização da pesquisa no ambiente escolar da EEEM Arnulpho Mattos;	9.						
10.	Formas de acompanhamento e orientação dos trabalhos dos alunos no curso;	10.						
11.	Importância da pesquisa desenvolvida na EEEM Arnulpho Mattos para a comunidade escolar;	11.						
12.	Eventos científicos promovidos pela EEEM Arnulpho Mattos;	12.						
13.	Políticas e mecanismos de incentivo à pesquisa na EEEM Arnulpho Mattos;	13.						
14.	Políticas e mecanismos de incentivo a participação de alunos de cursos nas atividades de pesquisa;	14.						
15.	Incentivo para a criação e manutenção de grupos de estudo e pesquisa;	15.						
16.	Relação entre a pesquisa e o ensino desenvolvidos na EEEM Arnulpho Mattos.	16.						

- TS - Totalmente Satisfatório(a)
 S - Satisfatório(a)
 NS - Não sabe ou tem dúvidas
 I - Insatisfatório(a)
 TI - Totalmente Insatisfatório(a)
 NA - Não se aplica

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM ALUNOS

QUANTO A COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO			TS	S	NS	I	TI	NA
A partir de sua experiência pessoal da EEEM Arnulpho Mattos, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:								
1.	Conhecimento do Projeto Pedagógico, Estatuto, Regimento e Resoluções da EEEM Arnulpho Mattos;	1.						
2.	Conhecimento das discussões e decisões das unidades de ensino da EEEM Arnulpho Mattos;	2.						
3.	Conhecimento das discussões e decisões da coordenação técnica a que pertence;	3.						
4.	Conhecimento das discussões e decisões sobre o componente curricular a que se ministra;	4.						
5.	Formas de comunicação/informação na EEEM Arnulpho Mattos (murais, cartazes, etc.);	5.						
6.	Fluxo e circulação de informação no interior da EEEM Arnulpho Mattos;	6.						
7.	Comunicados e informes sobre eventos internos da EEEM Arnulpho Mattos;	7.						
8.	Comunicados e informes sobre eventos externos a EEEM Arnulpho Mattos;	8.						
9.	Acesso a equipamentos de comunicação e informação (fax, e-mail, facebook, telefone, etc.);	9.						
10.	Acesso a equipamentos de informática e Internet;	10.						
11.	Canais de expressão e reivindicação de melhorias;	11.						
12.	Qualidade da informação prestada nos diversos setores da EEEM Arnulpho Mattos;	12.						
13.	Qualidade da informação prestada nos diversos setores da unidade a que pertence;	13.						
14.	Qualidade da informação prestada nos setores da coordenação de curso a que pertence;	14.						
15.	Fluxo de memorandos, ofícios, convites e convocações internas;	15.						
16.	Protocolo, fluxo e distribuição de documentos	16.						

- TS - Totalmente Satisfatório(a)
 S - Satisfatório(a)
 NS - Não sabe ou tem dúvidas
 I - Insatisfatório(a)
 TI - Totalmente Insatisfatório(a)
 NA - Não se aplica

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM ALUNOS

QUANTO A ORGANIZAÇÃO E OBJETIVOS INSTITUCIONAIS										
A partir de sua experiência pessoal na EEEM Arnulpho Mattos, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:			TS	S	NS	I	TI	NA		
1.	Políticas da EEEM Arnulpho Mattos para o Ensino;	1.								
2.	Realismo no Planejamento das atividades na Instituição;	2.								
3.	Racionalidade na programação e execução orçamentária da EEEM Arnulpho Mattos;	3.								
4.	Participação da comunidade acadêmica na tomada de decisões;	4.								
5.	Envolvimento da EEEM Arnulpho Mattos com as preocupações e demandas da sociedade regional;	5.								
6.	Compromisso da Comunidade acadêmica com a situação e o futuro da EEEM Arnulpho Mattos;	6.								
7.	Imagem interna da EEEM Arnulpho Mattos;	7.								
8.	Imagem da EEEM Arnulpho Mattos na sociedade;	8.								
9.	Imagem da EEEM Arnulpho Mattos no meio técnico;	9.								
10.	Nível de satisfação em fazer parte da EEEM Arnulpho Mattos;	10.								
11.	Contribuição da EEEM Arnulpho Mattos para o desenvolvimento local e regional;	11.								
12.	Contribuição da EEEM Arnulpho Mattos para a melhoria do Ensino Médio;	12.								
13.	Funcionamento administrativo da EEEM Arnulpho Mattos;	13.								
14.	Conhecimento sobre os Cursos, unidades de ensino da EEEM Arnulpho Mattos;	14.								
15.	Clareza sobre as competências e responsabilidades de cada setor/nível da administração da EEEM Arnulpho Mattos;	15.								
16.	Conhecimento dos cargos (CCs) e funções (Fs) existentes na EEEM Arnulpho Mattos;	16.								
17.	Mecanismos de tomada de decisões na EEEM Arnulpho Mattos;	17.								
18.	Funcionamento dos Conselho de Escola da EEEM Arnulpho Mattos	18.								
19.	Funcionamento da Coordenação Pedagógica da unidade de ensino onde atua;	19.								
20.	Funcionamento da Coordenação Técnica do qual faz parte;	20.								
21.	Objetivos institucionais da EEEM Arnulpho Mattos a médio e longo prazos;	21.								

TS -Totalmente Satisfatório(a) S - Satisfatório(a) NS- Não sabe ou tem dúvidas I - Insatisfatório(a) TI - Totalmente Insatisfatório(a) NA -Não se aplica

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM ALUNOS

QUANTO AO AMBIENTE E RELAÇÕES HUMANAS			TS	S	NS	I	TI	NA
A partir de sua experiência pessoal da EEEM Arnulpho Mattos, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:								
1.	Relacionamento entre os alunos do curso;	1.						
2.	Relacionamento com os funcionários da EEEM Arnulpho Mattos;	2.						
3.	Relacionamento com os professores do curso;	3.						
4.	Relacionamento com as direções e coordenações em geral;	4.						
5.	Ética nas discussões e relações internas da EEEM Arnulpho Mattos;	5.						
6.	Satisfação com o curso que realiza;	6.						
7.	Trabalho em equipe, espírito de cooperação e solidariedade entre os alunos;	7.						
8.	Valorização enquanto membro da comunidade acadêmica da EEEM Arnulpho Mattos;	8.						
9.	Oportunidade e condições de desenvolvimento pessoal da EEEM Arnulpho Mattos;	9.						
10.	Amizade e convivência social com os colegas de outros cursos;	10.						
11.	Condições do espaço físico onde desenvolve as atividades de formação (salas de aula, biblioteca etc.);	11.						
12.	Condições de estrutura física da escola (limpeza, segurança, aparência estética etc.);	12.						
13.	Equipamentos e materiais disponíveis para as atividades de ensino;	13.						
14.	Equipamentos e materiais disponíveis para as atividades complementares de formação (pesquisa, estágio etc.);	14.						
15.	Instruções/orientações para o desenvolvimento de atividades, preenchimento de formulários etc.;	15.						
16.	Estímulo e apoio para a inovação de processos e formas de aprendizagem;	16.						
17.	Adequação do ambiente de ensino para favorecer o bom desempenho acadêmico e científico;	17.						
18.	Adequação do tipo de convivência interna a EEEM Arnulpho Mattos para favorecer a formação de cidadãos éticos e socialmente responsáveis.	18.						

- TS - Totalmente Satisfatório(a)
 S - Satisfatório(a)
 NS - Não sabe ou tem dúvidas
 I - Insatisfatório(a)
 TI - Totalmente Insatisfatório(a)
 NA - Não se aplica

8.4- AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

QUANTO A COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO			TS	S	NS	I	TI	NA
A partir de sua experiência pessoal na da EEEM Arnulpho Mattos, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:								
1.	Conhecimento do Estatuto e Regimento da Escola da EEEM Arnulpho Mattos;	1.						
2.	Conhecimento das discussões e decisões dos Conselhos da EEEM Arnulpho Mattos;	2.						
3.	Conhecimento das discussões e decisões do Conselho de Escola da EEEM Arnulpho Mattos ;	3.						
4.	Conhecimento do Estatuto dos Funcionários da EEEM Arnulpho Mattos;	4.						
5.	Formas de comunicação/informação visual na unidade de ensino (murais, cartazes, etc.);	5.						
6.	Fluxo e circulação de informação no interior da EEEM Arnulpho Mattos;	6.						
7.	Comunicados e informes sobre eventos internos da EEEM Arnulpho Mattos;	7.						
8.	Comunicados e informes sobre eventos externos da EEEM Arnulpho Mattos;	8.						
9.	Acesso a equipamentos de comunicação e informação (fax, telefone, etc.);	9.						
10.	Acesso a equipamentos de informática e Internet;	10.						
11.	Canais de expressão e reivindicação de melhorias;	11.						
12.	Qualidade da informação prestada nos diversos setores da EEEM Arnulpho Mattos;	12.						
13.	Fluxo de memorandos, ofícios, convites e convocações internas.	13.						
14.	Protocolo, fluxo e distribuição de documentos;	14.						
15.	Localização de documentos arquivados;	15.						

- TS - Totalmente Satisfatório(a)
 S - Satisfatório(a)
 NS - Não sabe ou tem dúvidas
 I - Insatisfatório(a)
 TI - Totalmente Insatisfatório(a)
 NA - Não se aplica

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM FUNCIONÁRIOS - TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

QUANTO AO AMBIENTE E CONDIÇÕES DE TRABALHO								
A partir de sua experiência pessoal na da EEEM Arnulpho Mattos, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:			TS	S	NS	I	TI	NA
1.	Relacionamento entre os funcionários da EEEM Arnulpho Mattos;	1.						
2.	Relacionamento com os professores da EEEM Arnulpho Mattos;	2.						
3.	Relacionamento com os estudantes;	3.						
4.	Relacionamento com as direções e coordenações em geral;	4.						
5.	Ética nas discussões e relações internas da EEEM Arnulpho Mattos;	5.						
6.	Satisfação com as atividades que desenvolve;	6.						
7.	Trabalho em equipe, espírito de cooperação e solidariedade;	7.						
8.	Valorização enquanto profissional na da EEEM Arnulpho Mattos;	8.						
9.	Oportunidade e condições de desenvolvimento pessoal da EEEM Arnulpho Mattos;	9.						
10.	Condições do espaço físico onde desenvolve as atividades profissionais;	10.						
11.	Condições da estrutura física do Escola (limpeza, segurança, aparência estética, etc.);	11.						
12.	Equipamentos e materiais disponíveis para as atividades profissionais;	12.						
13.	Instruções/orientações para o desenvolvimento de atividades, preenchimento de formulários, etc.;	13.						
14.	Estímulo e apoio para a inovação de processos e formas de trabalho;	14.						
15.	Salário em relação à função exercida;	15.						
16.	Salário em comparação com outras instituições públicas;	16.						
17.	Salário em relação às despesas básicas;	17.						
18.	Conhecimento dos descontos e vantagens salariais.	18.						
19.	Adequação do ambiente de trabalho para favorecer o bom desempenho profissional;	19.						
20.	Adequação do tipo de convivência interna à EEEM Arnulpho Mattos para favorecer a formação de cidadãos ética e socialmente responsáveis.	20.						
21.	Satisfação em relação ao Plano de Cargos e Salários.	21.						

- TS - Totalmente Satisfatório(a)
 S - Satisfatório(a)
 NS - Não sabe ou tem dúvidas
 I - Insatisfatório(a)
 TI - Totalmente Insatisfatório(a)
 NA - Não se aplica

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

QUANTO A ORGANIZAÇÃO E OBJETIVOS INSTITUCIONAIS			TS	S	NS	I	TI	NA
A partir de sua experiência pessoal da EEEM Arnulpho Mattos, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:								
1.	Políticas da EEEM Arnulpho Mattos para o Ensino;	1.						
2.	Realismo no Planejamento das atividades da EEEM Arnulpho Mattos;	2.						
3.	Racionalidade na programação e execução orçamentária da EEEM Arnulpho Mattos;	3.						
4.	Participação da comunidade escolar na tomada de decisões;	4.						
5.	Envolvimento da EEEM Arnulpho Mattos com as preocupações e demandas da sociedade;	5.						
6.	Compromisso da Comunidade escolar com a situação e o futuro da EEEM Arnulpho Mattos;	6.						
7.	Imagem interna da EEEM Arnulpho Mattos;	7.						
8.	Imagem da EEEM Arnulpho Mattos na sociedade;	8.						
9.	Imagem da EEEM Arnulpho Mattos no meio escolar;	9.						
10.	Nível de satisfação em fazer parte da EEEM Arnulpho Mattos;	10.						
11.	Contribuição da EEEM Arnulpho Mattos para o desenvolvimento local e regional;	11.						
12.	Contribuição da EEEM Arnulpho Mattos para a melhoria do Ensino Médio;	12.						
13.	Clareza sobre o funcionamento administrativo da EEEM Arnulpho Mattos;	13.						
14.	Conhecimento sobre os Cursos, Unidades da EEEM Arnulpho Mattos;	14.						
15.	Clareza sobre as competências e responsabilidades de cada setor/nível da administração da EEEM Arnulpho Mattos;	15.						
16.	Conhecimento dos cargos (CC) e funções (F) existentes da EEEM Arnulpho Mattos;	16.						
17.	Satisfação com os mecanismos de tomada de decisões da EEEM Arnulpho Mattos;	17.						
18.	Satisfação com o funcionamento do Conselho de Escola da EEEM Arnulpho Mattos;	18.						
19.	Satisfação com o funcionamento do Conselho da unidade de ensino em que atua;	19.						
20.	Objetivos institucionais da EEEM Arnulpho Mattos a médio e longo prazos;	20.						

- TS - Totalmente Satisfatório(a)
 S - Satisfatório(a)
 NS - Não sabe ou tem dúvidas
 I - Insatisfatório(a)
 TI - Totalmente Insatisfatório(a)
 NA - Não se aplica



N	O ENSINO - PROFESSOR	%	DIAGNOSTICO	LIDER DE META
1	1-Qualidade do(s) curso(s) técnicos	84	SATISFATORIO	
2	2-Satisfação em relação à estrutura curricular (de disciplinas) do(s) curso(s) técnicos em que atua;	85	SATISFATORIO	
3	3-Conhecimento do projeto pedagógico do(s) curso(s) em que atua;	82	SATISFATORIO	
4	4-Qualidade dos Planos de Ensino apresentados pelos colegas de curso;	83	SATISFATORIO	
5	5-Clareza em relação as melhores alternativas metodológicas para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem nas suas aulas;	85	SATISFATORIO	
6	6-Formas de autoavaliação utilizadas nas disciplinas para "medir" os níveis de aprendizagem dos alunos;	84	SATISFATORIO	
7	7-Mecanismos adotados no(s) curso(s) para a definição dos conteúdos a serem tratados em cada disciplina;	82,5	SATISFATORIO	
8	8-Alternativas oferecidas aos alunos para a complementação de sua formação global;	78	SATISFATORIO	
9	9-Criatividade demonstrada no desempenho das atividades de ensino (enquanto docente);	86	SATISFATORIO	
10	10-Inovação realizada a cada ano para o desenvolvimento das disciplinas em que atua;	83,5	SATISFATORIO	
11	11-Relação entre reprovações e aprovações de alunos nas disciplinas em que atua;	83	SATISFATORIO	
12	12-Seriedade acadêmica manifestada pelos docentes do(s) curso(s) em que atua;	87,5	SATISFATORIO	
13	13-Nível de formação atingido pelos alunos que concluem o curso;	77	SATISFATORIO	
14	14-Dedicação acadêmica dos alunos do(s) curso(s) em que atua;	68	SATISFATORIO	
15	15-Nível de formação dos alunos quando ingressam no curso;	54	ALERTA	
16	16-Capacidade manifestada pelos alunos para a leitura de textos científicos durante o curso de técnico;	58	ALERTA	
17	17-Qualificação dos alunos para a escrita de Projeto Integrador durante o curso técnico;	63	SATISFATORIO	
18	18-Capacidade manifestada pelos alunos para a elaboração do Projeto Integrador;	65,5	SATISFATORIO	
19	19-Oportunidade de iniciação dos alunos na pesquisa no(s) curso(s) em que atua;	69,5	SATISFATORIO	
20	20-Oportunidades de treinamento e inserção no mercado de trabalho, oferecidas pelo(s) curso(s) em que atua;	69	SATISFATORIO	
21	21-Relação entre o número de alunos que ingressam e concluem o curso a cada ano;	66	SATISFATORIO	
22	22-Medidas adotadas para a melhoria da qualidade do ensino no curso em que atua;	80,5	SATISFATORIO	
23	23-Medidas adotadas para superar as dificuldades dos alunos com deficiências nas disciplinas;	79	SATISFATORIO	
24	24-Medidas adotadas para aprimorar a metodologia das aulas nas disciplinas do curso;	78	SATISFATORIO	
25	25-Medidas adotadas para aprimorar a autoavaliação dos alunos nas disciplinas do curso;	79	SATISFATORIO	
26	26-Procedimentos adotados pelo curso para a qualificação dos conteúdos desenvolvidos nas disciplinas;	80,5	SATISFATORIO	
27	27-Satisfação em relação ao regime de oferta dos cursos na EEEM Arnulpho Mattos;	78	SATISFATORIO	
28	28-Adequação do projeto pedagógico do curso ao perfil do aluno a ser formado;	80	SATISFATORIO	
29	29-Condições dos alunos para a dedicação ao curso técnico;	69,5	SATISFATORIO	
30	30-Tempo dedicado ao planejamento e autoavaliação constantes do andamento das disciplinas;	75	SATISFATORIO	
31	31-Iniciativa dos alunos para a complementação de sua formação acadêmica;	66,5	SATISFATORIO	
32	32-Pauta de assuntos tratados nas reuniões nas coordenações de curso e sua relação com as atividades de ensino;	74,5	SATISFATORIO	
33	33-Mudanças efetivamente realizadas no ensino a partir das decisões tomadas nas reuniões de coordenação de curso;	76,5	SATISFATORIO	
34	34-Mecanismos de atendimento e orientação acadêmica dos alunos no cotidiano dos cursos;	81	SATISFATORIO	
35	35-Comprometimento efetivo dos docentes com a qualificação dos cursos técnicos em que atua;	89	SATISFATORIO	
36	36-Conhecimento da situação dos alunos que já concluíram o curso no mercado de trabalho;	65,5	SATISFATORIO	
37	37-Satisfação em relação à implantação de novos cursos técnicos na EEEM Arnulpho Mattos;	77,5	SATISFATORIO	
38	38-Implantação de cursos técnicos fora da sede da EEEM Arnulpho Mattos.	67,5	SATISFATORIO	
39				
40				
41				
42				

CRITERIOS

1. VALORES MAIORES QUE 60 % = CONCEITO SATISFATORIO

META Nº1- Manter os ganhos, no mínimo, e aperfeiçoar a metodologia buscando estratégias para um melhor resultado.

Lider do Time de Melhoramento= Coordenador Técnico e/ou Pedagógico e/ou um componente da equipe.

Componentes: Todos os envolvidos na área em questão.

2. VALORES MENORES OU IGUAL A 60% E MAIORES QUE 50% = CONCEITO INSATISFATORIO (ALERTA)

META Nº 2 - Elaborar um plano de melhoramento a médio prazo. (Até um semestre após a implementação do plano de melhoramento será feita nova avaliação objetivando um melhor resultado na modalidade trabalhada.

Lider do Time de Melhoramento= Coordenador Técnico e/ou Pedagógico

Componentes: Todos os envolvidos na área em questão.

3. VALORES MENORES OU IGUAL A 50% = CONCEITO TOTALMENTE INSATISFATORIO

META Nº3 - Elaborar um plano de melhoramento e implementar imediatamente, isto é, a curto prazo. (Em até um trimestre após a implementação do plano de melhoramento será feita uma nova avaliação objetivando o monitoramento sempre buscando um melhor resultado na modalidade trabalhada.

Considerações:

O processo avaliativo parte do pressuposto de que se defrontar com dificuldades é inerente ao ato de aprender. Assim, o diagnóstico de dificuldades e facilidades deve ser compreendido não como um veredito que há culpar ou absolver: o aluno, o funcionário, o professor ou o técnico administrativo, mas sim como uma análise da situação escolar atual de todos os colaboradores, em função das condições de ensino que estão sendo oferecidas. Nestes termos, são

questões típicas de avaliações:

- Que problemas a escola vem enfrentando?
- Por que a escola não conseguiu alcançar determinados objetivos?
- Quais os processos de ensino-aprendizagem desenvolvidos?
- Quais os resultados significativos produzidos pela escola?

João Paulo R. de F. S.
Coordenador de Projetos

O ENSINO
PROFESSOR